

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	13
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	14
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	27
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	28
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	29
Demonstração de Valor Adicionado	30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	32
Notas Explicativas	43
Proposta de Orçamento de Capital	84

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	85
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	87

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	125.895
Preferenciais	0
Total	125.895
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Ordinária		0,16530
Reunião do Conselho de Administração	19/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Ordinária		0,16750
Reunião do Conselho de Administração	19/09/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Ordinária		0,16210
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/04/2013	Ordinária		0,16430
Assembleia Geral Extraordinária	18/04/2013	Dividendo	26/04/2013	Ordinária		1,49110
Reunião do Conselho de Administração	15/03/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11120
Reunião do Conselho de Administração	19/06/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11430
Reunião do Conselho de Administração	18/09/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11810
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11950
Proposta	17/04/2014	Dividendo		Ordinária		0,83629

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	4.200.490	3.186.042	2.470.337
1.01	Ativo Circulante	2.618.324	1.867.463	1.368.768
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	789.086	581.994	431.412
1.01.03	Contas a Receber	1.312.378	672.274	532.183
1.01.03.01	Clientes	1.268.370	648.400	507.036
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.008	23.874	25.147
1.01.04	Estoques	452.247	416.120	368.780
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.050	42.647	28.438
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.050	42.647	28.438
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.563	4.428	7.955
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	150.000	0
1.01.08.03	Outros	0	150.000	0
1.01.08.03.01	FIDC Lojas Renner	0	150.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.582.166	1.318.579	1.101.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	107.254	116.870	248.162
1.02.01.03	Contas a Receber	5.237	1.537	4.564
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.237	1.537	4.564
1.02.01.06	Tributos Diferidos	64.303	80.258	70.174
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.303	80.258	70.174
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	37.714	35.075	173.424
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.777	6.915	6.147
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	30.937	28.160	17.277
1.02.01.09.05	FIDC Lojas Renner	0	0	150.000
1.02.02	Investimentos	303.845	249.809	183.641
1.02.02.01	Participações Societárias	303.845	249.809	183.641
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	303.782	249.746	183.578
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63	63
1.02.03	Imobilizado	1.012.675	811.129	579.064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	912.670	757.116	546.738
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	30.121	30.741	16.653
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	69.884	23.272	15.673
1.02.04	Intangível	158.392	140.771	90.702
1.02.04.01	Intangíveis	158.392	140.771	90.702
1.02.04.01.02	Outros	138.132	121.893	90.702
1.02.04.01.03	Intangível Arrendado	20.260	18.878	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	4.200.490	3.186.042	2.470.337
2.01	Passivo Circulante	1.620.667	1.149.539	902.346
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	96.834	99.185	63.951
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.808	22.937	19.164
2.01.01.01.01	Encargos sociais	13.808	22.937	19.164
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	83.026	76.248	44.787
2.01.01.02.01	Salários a pagar	83.026	76.248	44.787
2.01.02	Fornecedores	435.376	412.577	375.221
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	435.376	412.577	375.221
2.01.03	Obrigações Fiscais	245.971	238.953	208.385
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	138.005	117.592	95.321
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	67.337	56.399	45.790
2.01.03.01.02	Outros obrigações Fiscais Federais	70.668	61.193	49.531
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	106.743	120.208	112.290
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.223	1.153	774
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	575.273	203.133	82.357
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	535.640	172.550	59.042
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	462.832	93.374	47.818
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	72.808	79.176	11.224
2.01.04.02	Debêntures	32.440	23.652	17.502
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.193	6.931	5.813
2.01.05	Outras Obrigações	249.833	177.162	153.586
2.01.05.02	Outros	249.833	177.162	153.586
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.700	71.402	66.847
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	46.778	18.197	17.959
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	31.349	29.198	33.405
2.01.05.02.05	Outras obrigações	115.391	51.996	31.753
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	5.615	6.369	3.622

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.06	Provisões	17.380	18.529	18.846
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.380	18.529	18.846
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	13.145	12.341	12.557
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	4.235	6.188	6.289
2.02	Passivo Não Circulante	1.086.570	730.820	412.993
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.046.846	645.159	327.481
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	12.138	24.276
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	12.138	24.276
2.02.01.02	Debêntures	1.015.689	596.622	298.057
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	31.157	36.399	5.148
2.02.02	Outras Obrigações	8.041	10.332	38.578
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.888	4.649	8.061
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	4.888	4.649	8.061
2.02.02.02	Outros	3.153	5.683	30.517
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0	22.451
2.02.02.02.04	Outras obrigações	3.153	5.683	8.066
2.02.04	Provisões	31.683	75.329	46.934
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.683	75.329	46.934
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	31.683	75.329	46.934
2.03	Patrimônio Líquido	1.493.253	1.305.683	1.154.998
2.03.01	Capital Social Realizado	719.735	461.595	421.683
2.03.02	Reservas de Capital	220.907	207.768	191.642
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	102.742	89.603	73.477
2.03.04	Reservas de Lucros	547.794	637.061	539.533
2.03.04.01	Reserva Legal	39.952	19.582	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	58.507	166.954	158.276
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	449.335	450.525	379.445

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.817	-741	2.140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.094.403	3.645.414	3.105.831
3.01.01	Receita Líquida com vendas de mercadorias	3.716.377	3.303.394	2.795.085
3.01.02	Receita Líquida com produtos e serviços financeiros	378.026	342.020	310.746
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.755.136	-1.543.390	-1.338.757
3.02.01	Custo das vendas com mercadorias	-1.738.359	-1.525.556	-1.317.873
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-16.777	-17.834	-20.884
3.03	Resultado Bruto	2.339.267	2.102.024	1.767.074
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.686.516	-1.542.619	-1.296.336
3.04.01	Despesas com Vendas	-965.706	-881.256	-746.428
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-307.930	-274.369	-239.610
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-118.634	-110.619	-106.703
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	31.104	24.053	15.495
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-321.106	-298.165	-229.987
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.244	-2.263	10.897
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	652.751	559.405	470.738
3.06	Resultado Financeiro	-65.459	-47.442	4.474
3.06.01	Receitas Financeiras	50.057	37.129	49.763
3.06.02	Despesas Financeiras	-115.516	-84.571	-45.289
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	587.292	511.963	475.212
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-179.888	-156.562	-138.305
3.08.01	Corrente	-166.781	-165.172	-135.469
3.08.02	Diferido	-13.107	8.610	-2.836
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	407.404	355.401	336.907
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	407.404	355.401	336.907
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,2547	2,8739	2,7504
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.02.01	ON	3,2029	2,8182	2,6965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	407.404	355.401	336.907
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.558	-2.881	4.750
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	8.376	-4.334	7.197
4.02.02	Parcela de outros resultados abrangentes de controladas	30	-21	0
4.02.03	Impostos relacionados aos componentes dos resultados abrangentes	-2.848	1.474	-2.447
4.03	Resultado Abrangente do Período	412.962	352.520	341.657

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	501.360	528.219	351.427
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	843.943	733.257	617.069
6.01.01.01	Lucro líquido do período	407.404	355.401	336.907
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	159.542	125.774	92.743
6.01.01.03	Resultado oper venda ou baixa dos ativos fixos	2.208	1.118	526
6.01.01.04	Custo de estruturação de debêntures	912	638	204
6.01.01.05	Despesa com juros de empréstimos e financiamentos	81.941	51.194	21.278
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	13.139	16.126	18.073
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	4.244	2.263	-10.897
6.01.01.08	Provisão p/riscos trib, cíveis e trabalhistas	-16.021	28.078	4.927
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social	179.888	156.562	138.305
6.01.01.10	Perda (ganho) com derivativo	-3.738	5.622	0
6.01.01.11	Variação cambial	-1.530	-1.617	-1.823
6.01.01.12	Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	3.881	-7.939	7.099
6.01.01.13	Provisões para perdas em ativos	12.073	37	9.727
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-130.474	-18.699	-150.212
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-631.716	-138.113	-18.281
6.01.02.02	Estoques	-39.789	-42.689	-93.576
6.01.02.03	Perdas não realizadas com derivativos	8.376	-4.334	7.197
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-38.915	-20.774	-5.245
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-142	-768	3.361
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	519.493	45.591	-152.460
6.01.02.07	Financiamento das importações	-6.368	67.952	11.224
6.01.02.09	Fornecedores	24.277	38.978	76.603
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	6.779	31.461	-11.551
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-39.025	-8.991	35.935
6.01.02.12	Outras obrigações	58.578	15.198	2.338
6.01.02.13	Aluguéis a pagar	2.151	-416	6.949

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.14	Obrigações estatutárias	5.588	2.747	-3.432
6.01.02.15	Débitos com empresas ligadas	239	-4.541	-9.274
6.01.03	Outros	-212.109	-186.339	-115.430
6.01.03.01	Recebimento de dividendos de subsidiárias	5.945	9.820	0
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-166.277	-152.292	-111.541
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-51.777	-43.867	-3.889
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-443.234	-437.420	-439.060
6.02.01	Aquisições do imobilizado	-329.893	-299.862	-244.338
6.02.02	Aquisições do intangível	-63.466	-61.665	-44.843
6.02.03	Recebimento por venda de ativos fixos	125	71	171
6.02.04	Aporte de capital em subsidiária	-50.000	-75.964	-150.050
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	148.966	59.783	61.507
6.03.02	Aumento de capital social	32.878	39.912	12.949
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-12.137	-12.138	-12.138
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil Financeiro	-8.831	-20.887	-5.599
6.03.05	Juros sobre capital próprio e dividendos	-261.953	-245.081	-231.558
6.03.06	Valor recebido pela emissão de debêntures	400.000	300.000	300.000
6.03.07	Pagamento de custos de estruturação de debêntures	-991	-2.023	-2.147
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	207.092	150.582	-26.126
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	581.994	431.412	457.538
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	789.086	581.994	431.412

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	461.595	207.768	637.061	0	-741	1.305.683
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.595	207.768	637.061	0	-741	1.305.683
5.04	Transações de Capital com os Sócios	258.140	13.139	-89.267	-407.404	0	-225.392
5.04.01	Aumentos de Capital	258.140	0	-225.262	0	0	32.878
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.139	0	0	0	13.139
5.04.06	Dividendos	0	0	58.507	-105.285	0	-46.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-57.897	0	-57.897
5.04.08	Dividendo prescrito	0	0	0	220	0	220
5.04.09	Reserva para investimento e expansão	0	0	224.072	-224.072	0	0
5.04.10	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-166.954	0	0	-166.954
5.04.12	Reserva legal	0	0	20.370	-20.370	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	407.404	5.558	412.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	407.404	0	407.404
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.558	5.558
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.558	5.558
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	719.735	220.907	547.794	0	4.817	1.493.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.912	16.126	97.528	-355.401	0	-201.835
5.04.01	Aumentos de Capital	39.912	0	0	0	0	39.912
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	16.126	0	0	0	16.126
5.04.06	Dividendos	0	0	166.954	-185.151	0	-18.197
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-81.400	0	-81.400
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	71.080	-71.080	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-158.276	0	0	-158.276
5.04.11	Reserva legal	0	0	17.770	-17.770	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	355.401	-2.881	352.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	355.401	0	355.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.881	-2.881
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.881	-2.881
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	461.595	207.768	637.061	0	-741	1.305.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.949	18.073	97.918	-336.907	0	-207.967
5.04.01	Aumentos de Capital	12.949	0	0	0	0	12.949
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.073	0	0	0	18.073
5.04.06	Dividendos	0	0	158.276	-176.234	0	-17.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.446	0	-76.446
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	84.227	-84.227	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.585	0	0	-144.585
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	336.907	4.750	341.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	336.907	0	336.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.750	4.750
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.750	4.750
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	5.276.756	4.666.402	3.951.755
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.377.720	4.744.759	4.043.670
7.01.02	Outras Receitas	-100.964	-78.357	-91.915
7.01.02.01	Outros resultados operacionais	17.769	32.574	15.227
7.01.02.02	Perdas em crédito, liquidas	-118.634	-110.619	-106.703
7.01.02.03	Resultado da baixa de ativos fixos	-99	-312	-439
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.807.079	-2.493.134	-2.142.944
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.094.866	-1.876.926	-1.619.392
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-673.287	-599.251	-504.523
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-38.926	-16.957	-19.029
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.469.677	2.173.268	1.808.811
7.04	Retenções	-159.542	-125.774	-92.743
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-159.542	-125.774	-92.743
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.310.135	2.047.494	1.716.068
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.813	34.866	60.660
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.244	-2.263	10.897
7.06.02	Receitas Financeiras	50.057	37.129	49.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.355.948	2.082.360	1.776.728
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.355.948	2.082.360	1.776.728
7.08.01	Pessoal	516.845	456.657	379.156
7.08.01.01	Remuneração Direta	386.839	339.285	272.877
7.08.01.02	Benefícios	76.415	65.846	57.955
7.08.01.03	F.G.T.S.	32.949	28.469	24.137
7.08.01.04	Outros	20.642	23.057	24.187
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	13.139	16.126	18.073
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	7.503	6.931	6.114
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.092.337	995.266	857.022
7.08.02.01	Federais	466.554	463.282	393.331

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.02.02	Estaduais	603.483	513.215	446.782
7.08.02.03	Municipais	22.300	18.769	16.909
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	339.362	275.036	203.643
7.08.03.02	Aluguéis	223.846	190.465	158.354
7.08.03.03	Outras	115.516	84.571	45.289
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	115.516	84.571	45.289
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	407.404	355.401	336.907
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	104.455	99.597	94.404
7.08.04.02	Dividendos	58.507	166.954	158.276
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	244.442	88.850	84.227

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	4.515.524	3.770.028	2.983.504
1.01	Ativo Circulante	3.001.262	2.496.890	2.035.555
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	801.592	683.270	578.264
1.01.03	Contas a Receber	1.621.130	1.310.155	1.032.047
1.01.03.01	Clientes	1.572.443	1.279.698	1.006.315
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	48.687	30.457	25.732
1.01.04	Estoques	506.990	454.011	393.152
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.374	47.598	30.445
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.374	47.598	30.445
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.176	1.856	1.647
1.02	Ativo Não Circulante	1.514.262	1.273.138	947.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	128.648	131.036	103.877
1.02.01.03	Contas a Receber	5.249	2.042	4.564
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.249	2.042	4.564
1.02.01.06	Tributos Diferidos	84.925	93.517	75.847
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	84.925	93.517	75.847
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.474	35.477	23.466
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.893	7.021	6.189
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	31.581	28.456	17.277
1.02.02	Investimentos	63	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63	63
1.02.03	Imobilizado	1.063.348	846.204	599.481
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	957.447	790.084	566.447
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	30.121	30.741	16.653
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	75.780	25.379	16.381
1.02.04	Intangível	322.203	295.835	244.528
1.02.04.01	Intangíveis	205.525	179.157	127.850

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01.02	Outros	185.265	160.279	127.850
1.02.04.01.03	Intangível arrendado	20.260	18.878	0
1.02.04.02	Goodwill	116.678	116.678	116.678

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	4.515.524	3.770.028	2.983.504
2.01	Passivo Circulante	1.932.589	1.725.212	1.060.427
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	101.944	103.317	67.001
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.802	24.059	20.235
2.01.01.01.01	Encargos sociais	14.802	24.059	20.235
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	87.142	79.258	46.766
2.01.01.02.01	Salários a pagar	87.142	79.258	46.766
2.01.02	Fornecedores	471.384	456.484	418.926
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	471.384	456.484	418.926
2.01.03	Obrigações Fiscais	254.898	244.089	211.273
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	144.785	121.841	97.400
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	68.793	56.624	46.073
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	75.992	65.217	51.327
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	108.717	121.013	113.031
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.396	1.235	842
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	735.599	670.248	177.972
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	695.966	639.665	154.657
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	619.234	559.951	143.433
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	76.732	79.714	11.224
2.01.04.02	Debêntures	32.440	23.652	17.502
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.193	6.931	5.813
2.01.05	Outras Obrigações	351.271	232.315	166.131
2.01.05.02	Outros	351.271	232.315	166.131
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.700	71.402	66.847
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	46.778	18.197	17.959
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	34.672	31.671	24.961
2.01.05.02.05	Outras obrigações	213.506	104.676	52.742
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	5.615	6.369	3.622

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.06	Provisões	17.493	18.759	19.124
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.493	18.759	19.124
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	13.175	12.436	12.567
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	4.318	6.323	6.557
2.02	Passivo Não Circulante	1.089.682	739.133	768.079
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.046.846	645.159	671.151
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	12.138	367.946
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	12.138	367.946
2.02.01.02	Debêntures	1.015.689	596.622	298.057
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	31.157	36.399	5.148
2.02.02	Outras Obrigações	10.564	18.080	49.642
2.02.02.02	Outros	10.564	18.080	49.642
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	432	541	23.383
2.02.02.02.04	Outros	10.132	17.539	26.259
2.02.04	Provisões	32.272	75.894	47.286
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.272	75.894	47.286
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.272	75.894	47.286
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.493.253	1.305.683	1.154.998
2.03.01	Capital Social Realizado	719.735	461.595	421.683
2.03.02	Reservas de Capital	220.907	207.768	191.642
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	102.742	89.603	73.477
2.03.04	Reservas de Lucros	547.794	637.061	539.533
2.03.04.01	Reserva Legal	39.952	19.582	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	58.507	166.954	158.276
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	449.335	450.525	379.445
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.817	-741	2.140

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.370.328	3.862.508	3.238.543
3.01.01	Receita Líquida com venda de mercadorias	3.913.809	3.461.960	2.896.617
3.01.02	Receita Líquida com produtos e serviços financeiros	456.519	400.548	341.926
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.867.584	-1.634.246	-1.396.129
3.02.01	Custo das vendas de mercadorias	-1.850.807	-1.616.412	-1.375.245
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-16.777	-17.834	-20.884
3.03	Resultado Bruto	2.502.744	2.228.262	1.842.414
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.852.306	-1.669.012	-1.369.781
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.030.055	-929.554	-775.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-330.255	-293.931	-250.682
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-142.489	-126.080	-109.427
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	31.497	24.053	15.495
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-381.004	-343.500	-249.626
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	650.438	559.250	472.633
3.06	Resultado Financeiro	-67.724	-50.430	2.760
3.06.01	Receitas Financeiras	52.345	38.985	50.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-120.069	-89.415	-47.539
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	582.714	508.820	475.393
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-175.310	-153.419	-138.486
3.08.01	Corrente	-169.581	-169.606	-140.014
3.08.02	Diferido	-5.729	16.187	1.528
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	407.404	355.401	336.907
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	407.404	355.401	336.907
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	407.404	355.401	336.907
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,2547	2,8739	2,7504
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.02.01	ON	3,2029	2,8182	2,6965

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	407.404	355.401	336.907
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.558	-2.881	4.750
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	8.421	-4.365	7.197
4.02.03	Impostos relacionados aos componentes dos resultados abrangentes	-2.863	1.484	-2.447
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	412.962	352.520	341.657
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	412.962	352.520	341.657

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	381.209	438.636	279.888
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	844.375	741.567	636.090
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	407.404	355.401	336.907
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	167.437	132.949	97.637
6.01.01.03	Resultado Venda ou Baixa de Ativos imobilizado	2.628	1.118	652
6.01.01.04	Mais valia estoque baixada no exercicio	0	0	212
6.01.01.05	Despesa com juros de empréstimos e financiamentos	83.429	52.776	22.074
6.01.01.06	Plano de Opção de Compra de Ações	13.139	16.126	18.073
6.01.01.08	Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-16.114	28.241	4.841
6.01.01.09	Tributos Diferidos	175.310	153.419	138.486
6.01.01.10	Perda (ganho) com derivativo	-3.738	5.622	0
6.01.01.11	Variação cambial	-2.198	-1.720	-1.793
6.01.01.12	Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	3.881	-7.939	7.099
6.01.01.13	Provisões para perdas em ativos	12.285	4.936	11.698
6.01.01.14	Custo de estruturação de debêntures	912	638	204
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-241.374	-102.619	-233.647
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-305.471	-274.085	-150.565
6.01.02.02	Estoques	-55.873	-57.155	-99.759
6.01.02.03	Perdas/ganhos não realizadas com derivativos	8.421	-4.365	7.197
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-41.217	-34.338	-10.316
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-152	-832	3.326
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	59.395	84.061	-144.205
6.01.02.07	Financiamentos das importações	-2.982	68.490	11.224
6.01.02.09	Fornecedores	17.046	39.180	92.359
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	7.884	32.492	-10.059
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-36.183	-8.738	38.205
6.01.02.12	Outras obrigações	99.168	43.214	28.226
6.01.02.13	Aluguéis a pagar	3.002	6.710	4.152

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.14	Obrigações estatutárias	5.588	2.747	-3.432
6.01.03	Outros	-221.792	-200.312	-122.555
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-168.366	-155.069	-118.075
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-53.426	-45.243	-4.480
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-411.939	-382.220	-448.120
6.02.01	Aquisições do imobilizado	-342.987	-316.860	-248.724
6.02.02	Aquisições do intangível	-69.134	-65.431	-47.901
6.02.03	Aquisição em participação societária	0	0	-151.880
6.02.04	Caixa recebido na aquisição de controlada	0	0	109
6.02.05	Recebimento por venda de ativos fixos	182	71	276
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	149.052	48.590	62.835
6.03.01	Empréstimos tomados	37.513	75.173	32.579
6.03.02	Aumento de capital social	32.878	39.912	12.949
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-49.564	-98.504	-43.389
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	-8.831	-20.887	-5.599
6.03.05	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-261.953	-245.081	-231.558
6.03.06	Pagamento de custos de estruturação de debêntures	-991	-2.023	-2.147
6.03.07	Valor recebido pela emissão de debêntures	400.000	300.000	300.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	118.322	105.006	-105.397
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	683.270	578.264	683.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	801.592	683.270	578.264

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	461.595	207.768	637.061	0	-741	1.305.683	0	1.305.683
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	461.595	207.768	637.061	0	-741	1.305.683	0	1.305.683
5.04	Transações de Capital com os Sócios	258.140	13.139	-89.267	-407.404	0	-225.392	0	-225.392
5.04.01	Aumentos de Capital	258.140	0	-225.262	0	0	32.878	0	32.878
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.139	0	0	0	13.139	0	13.139
5.04.06	Dividendos	0	0	58.507	-105.285	0	-46.778	0	-46.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-57.897	0	-57.897	0	-57.897
5.04.08	Dividendo prescrito	0	0	0	220	0	220	0	220
5.04.09	Reserva para investimento e expansão	0	0	224.072	-224.072	0	0	0	0
5.04.10	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-166.954	0	0	-166.954	0	-166.954
5.04.12	Reserva legal	0	0	20.370	-20.370	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	407.404	5.558	412.962	0	412.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	407.404	0	407.404	0	407.404
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.558	5.558	0	5.558
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.558	5.558	0	5.558
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	719.735	220.907	547.794	0	4.817	1.493.253	0	1.493.253

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998	0	1.154.998
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998	0	1.154.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.912	16.126	97.528	-355.401	0	-201.835	0	-201.835
5.04.01	Aumentos de Capital	39.912	0	0	0	0	39.912	0	39.912
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	16.126	0	0	0	16.126	0	16.126
5.04.06	Dividendos	0	0	166.954	-185.151	0	-18.197	0	-18.197
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-81.400	0	-81.400	0	-81.400
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	71.080	-71.080	0	0	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-158.276	0	0	-158.276	0	-158.276
5.04.11	Reserva legal	0	0	17.770	-17.770	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	355.401	-2.881	352.520	0	352.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	355.401	0	355.401	0	355.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.881	-2.881	0	-2.881
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.881	-2.881	0	-2.881
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	461.595	207.768	637.061	0	-741	1.305.683	0	1.305.683

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.949	18.073	97.918	-336.907	0	-207.967	0	-207.967
5.04.01	Aumentos de Capital	12.949	0	0	0	0	12.949	0	12.949
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.073	0	0	0	18.073	0	18.073
5.04.06	Dividendos	0	0	158.276	-176.234	0	-17.958	0	-17.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.446	0	-76.446	0	-76.446
5.04.08	Reserva para investimento de expansão	0	0	84.227	-84.227	0	0	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.585	0	0	-144.585	0	-144.585
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	336.907	4.750	341.657	0	341.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	336.907	0	336.907	0	336.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.750	4.750	0	4.750
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.750	4.750	0	4.750
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998	0	1.154.998

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	5.580.765	4.906.273	4.104.227
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.705.530	4.999.995	4.199.105
7.01.02	Outras Receitas	-124.765	-93.722	-94.878
7.01.02.01	Outros resultados operacionais	18.245	32.643	15.210
7.01.02.02	Perdas em crédito, liquidas	-142.489	-126.080	-109.427
7.01.02.03	Resultado da baixa de ativos fixos	-521	-285	-661
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.016.984	-2.651.673	-2.243.242
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.231.429	-1.995.044	-1.682.143
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-746.247	-646.057	-539.498
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-39.308	-10.572	-21.601
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.563.781	2.254.600	1.860.985
7.04	Retenções	-167.437	-132.949	-97.637
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-167.437	-132.949	-97.637
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.396.344	2.121.651	1.763.348
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.345	38.985	50.299
7.06.02	Receitas Financeiras	52.345	38.985	50.299
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.448.689	2.160.636	1.813.647
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.448.689	2.160.636	1.813.647
7.08.01	Pessoal	569.777	492.660	392.686
7.08.01.01	Remuneração Direta	434.226	370.880	283.774
7.08.01.02	Benefícios	79.560	68.407	59.490
7.08.01.03	F.G.T.S.	35.349	30.316	25.235
7.08.01.04	Outros	20.642	23.057	24.187
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	13.139	16.126	18.073
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	7.503	6.931	6.114
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.118.066	1.027.620	875.114
7.08.02.01	Federais	485.209	489.653	402.612
7.08.02.02	Estaduais	606.576	516.256	453.079

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.02.03	Municipais	26.281	21.711	19.423
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	353.442	284.955	208.940
7.08.03.02	Aluguéis	233.373	195.540	161.401
7.08.03.03	Outras	120.069	89.415	47.539
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	120.069	89.415	47.539
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	407.404	355.401	336.907
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	104.455	99.597	94.404
7.08.04.02	Dividendos	58.507	166.954	158.276
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	244.442	88.850	84.227

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

A simplicidade como filosofia de trabalho

Na Renner, somos incansáveis, persistentes e sempre procuramos fazer melhor. Por isso, nos últimos anos, mesmo com crescimentos consistentes de margens, temos estudado e avaliado os modelos vencedores de negócios, no setor de varejo mundial, com o objetivo de aperfeiçoarmos nossa operação e dar-lhe mais agilidade e capacidade de antever as tendências do mercado, com a flexibilidade necessária para ajustá-la ao comportamento da demanda.

Neste caminho, já vimos que empresas vencedoras, e as grandes referências internacionais de varejistas de sucesso, têm suas estratégias também baseadas em simplicidade, confiança nas pessoas e profundo conhecimento do consumidor. Foi por isso que decidimos, cada vez mais, aplicar estes princípios em nossa operação, com execução rápida e pronta reação, trabalhando com estruturas em rede e com modelos complementares de negócios.

A Renner do futuro começou a ser planejada em 2010. O processo de mudança iniciou com o novo projeto logístico e foi se formatando com a estrutura do Centro de Serviços Compartilhados e com a remodelação de lojas.

Somos um time inconformado, nosso ROIC que já chegou a 32,9% em 2010, hoje está em 21,4%, em função dos investimentos para o crescimento e desenvolvimento da Companhia. Sabemos que para chegarmos até onde desejamos será necessário investir e é isso que está sendo feito. Todas as avenidas de crescimento que nos levarão novamente a um ROIC superior ao atual, já estão abertas e precisamos agora focar na pavimentação de cada uma delas.

Abaixo, elencamos as ações que deverão nortear o nosso esforço em 2014:

- ✓ Acelerar a expansão de lojas e consolidar nossos mercados atuais;
- ✓ Aumentar a produtividade das lojas, buscando os mesmos níveis de participação de mercado que temos em nossa região mais madura, o Sul do Brasil;
- ✓ Completar o período de remodelação de lojas;
- ✓ Construir nossos novos centros de distribuição, completando mais de 150 mil m² de área de armazenagem;
- ✓ Dar continuidade ao sistema de *push-pull*, totalmente automatizado, para gerir estoques por SKUs (itens), aumentando a assertividade na alocação de produtos;
- ✓ Consolidar o negócio de comércio eletrônico da Renner;
- ✓ Modernizar a rede Camicado, introduzindo novos produtos e melhorando o mix no segmento de moda para casa;
- ✓ Desenvolver a marca Youcom e expandir a rede de lojas, como uma cadeia especializada em moda jovem;
- ✓ Aumentar a emissão de cartões *Co-branded*, Meu Cartão, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Os desafios não são poucos, nem são pequenos, mas com certeza estas ações serão os diferenciais da nossa operação permitindo-nos consolidar nossa presença, conquistar novos clientes e ser ainda mais competitivos em relação aos pares globais.

Em 2013, atingimos vendas de R\$ 3,9 bilhões, com um crescimento de 13,1%, comparado com 8,8% do setor de vestuário e calçados e, assim, batemos a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) em todos os meses do ano. Nossa geração de caixa, medida pelo EBITDA, chegou a R\$ 837,1 milhões e a margem EBITDA atingiu 21,4%, 0,8p.p. a mais que 2012. Essa performance foi alcançada mesmo com todos os investimentos feitos e que somaram R\$ 412,1 milhões, os quais foram alocados em 46 lojas novas e em 14 reformas de grande porte, além dos projetos de logística como foi o caso da finalização do CD do Rio de Janeiro e investimentos em TI.

Economistas e gestores estão trabalhando com distintos cenários e projeções desafiadoras para 2014. Entendemos que isso pode até nos servir como alerta, mas seguimos orientados e focados nas nossas próprias metas, desafios e projetos, administrando com vigor o que está sob nosso controle.

Toda a trajetória da empresa até aqui só foi possível ser desenhada em função da qualidade das pessoas envolvidas. Por isso, cabe-nos agradecer com entusiasmo a todos aqueles que têm se dedicado a Renner com paixão e disciplina e que, certamente, serão os agentes da perpetuação da empresa ao longo dos tempos. O reconhecimento a essas pessoas não é só interno. O mercado também faz distinção a nossa Companhia: o jornal Valor Econômico, em 2013, escolheu a Renner como a melhor empresa do País na Gestão de Pessoas.

Em abril de 2013, completamos mais um ciclo de rotação em nosso Conselho de Administração. Gostaríamos de aproveitar, este momento, para agradecer também à dedicação extrema de Claudio Thomaz Lobo Sonder, que foi nosso *Chairman* entre os anos de 2007 e 2013, e de Egon Handel que atuava como Vice-Presidente. Desde abril, ambos continuam conosco como Vice-Presidente e membro do Conselho, respectivamente.

Obrigado a todos, colaboradores, acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada nesta empresa!

Osvaldo Burgos Schirmer
Presidente do Conselho de Administração

José Galló
Diretor Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTOS

Para que as metas e objetivos traçados sejam alcançados é imprescindível ter um sistema articulado e sintonizado, de maneira em que todos pensem em uma mesma direção, de forma coordenada e consistente com os planos de longo prazo da Companhia. Assim, em 2013, diversas iniciativas e projetos foram executados para garantir as interações com todos os públicos, sejam os milhares de clientes e a comunidade em geral que todos os dias circulam nas lojas, sejam os colaboradores que se dedicam a atingir nossas metas, pelos fornecedores que trabalham em parceria conosco ou pelos acionistas que investem em nosso negócio.

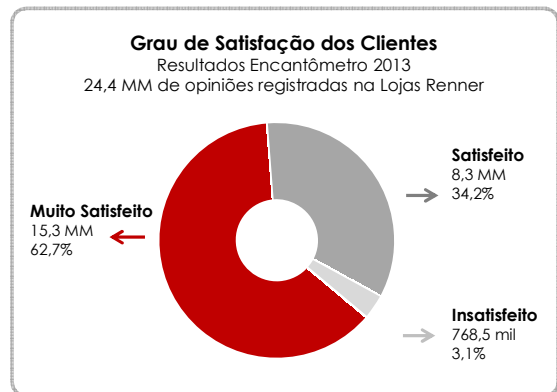
COM FORNECEDORES

A gestão estratégica da cadeia de suprimentos torna-se cada vez mais relevante na condução dos negócios e é imprescindível para as metas de ganho de velocidade e reatividade previstas para as nossas operações. Assim, em 2013, foi desenvolvido um projeto de fortalecimento do relacionamento com a cadeia produtiva do mercado doméstico, através de programas de melhoria contínua em alguns fornecedores-chave, estabelecidos sob os critérios de desempenho e risco. O piloto conduzido em 2013 deve ser ampliado em 2014. No ano, também tivemos evolução importante de 2,4 p.p. no IDGF – Indicador de Desempenho Global de Fornecedores, através do qual avaliamos quesitos de qualidade, logística, responsabilidade social e comercial de nossos principais fornecedores, que são responsáveis por mais de um terço das compras da Renner. No final de 2013, a Renner já contava com 100% da cadeia de fornecimento de Vestuário certificada no Programa de Qualificação da ABVTEX (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), com 178 fornecedores e 1.351 empresas subcontratadas. Nos próximos anos, a cadeia de Calçados e Acessórios deve passar pela mesma certificação. As certificações internacionais iniciaram-se em 2013, em Bangladesh, e em 2014 devem avançar para China e Índia.

COM CLIENTES

A superação das expectativas dos clientes traduzida pela Filosofia do Encantamento é um processo que se retroalimenta através de colaboradores encantados que encantam os clientes. Em 2013, coletamos mais de 24 milhões de opiniões através dos Encantômetros (equipamentos de medida de satisfação de clientes), com 96,9% de clientes muito satisfeitos ou satisfeitos.

As informações registradas através destes equipamentos, além de apresentarem os níveis gerais de satisfação de clientes, ao longo dos anos também se transformaram em uma importante ferramenta de gestão da Lojas Renner, pois servem como um indicador de lojas de melhor ou pior performance e também sinalizam oportunidades de melhoria que temos em nossa operação, através das opiniões e comentários diretos dos clientes.



COM O PÚBLICO INTERNO

As pessoas certas nas posições certas são o ponto de partida para alcançar as metas e objetivos traçados para a nossa Companhia. Em dezembro de 2013, a Lojas Renner contava com 16.367 colaboradores, incluindo Camicado e Youcom, distribuídos entre lojas, centros de distribuição e escritório central.

Acreditamos que o nível de engajamento das pessoas com a empresa é imprescindível para obter resultados excepcionais. Em 2013, nossa pesquisa de clima apontou um nível de engajamento de 85% e, entre vários prêmios recebidos, fez a Renner ser listada entre as 35 Melhores Empresas para Começar a Carreira (Guia Você S/A), ser uma das Melhores Empresas para Trabalhar (Você S/A) e ser reconhecida como a Melhor Empresa Brasileira em Gestão de Pessoas (Valor Carreira), consolidando a Companhia entre as empresas de alta performance no mercado.

Sempre investimos no desenvolvimento de pessoas e na aceleração da capacitação de gestores - líderes preparados para sustentar o forte ritmo de crescimento que prevemos para os negócios. Com isso, investimos, ao longo de 2013, mais de 118 horas de treinamento *per capita*, entre os programas da Academia Renner de Varejo e a Universidade Renner. Também formamos 229 *trainees*, considerando gerência e supervisão, visando à perenidade do negócio.

Uma estrutura ágil, sem burocracia e com velocidade na tomada de decisões está no nosso DNA. Em 2013, trouxemos a simplicidade como tema para os negócios e dividimos esses conceitos com os colaboradores através das Leis da Simplicidade definidas pelos próprios gestores: 1. Confie mais, controle menos; 2. Antes de fazer, pergunte: para que?; 3. Simplifique brutal com foco no negócio e no cliente; 4. Elimine os melindres, inimigos da simplicidade; e 5. Remova sempre tudo o que o cliente não quer pagar.

No ano, o Programa de Sucessão foi intensificado para atender ao crescimento da Companhia de forma a identificar e desenvolver potenciais sucessores para todos os cargos-chave. Também realizamos planos individuais de desenvolvimento, conduzidos através dos processos de *assessment*, *coaching* e mentorias internas.

COM A COMUNIDADE E O MEIO AMBIENTE

Na Lojas Renner conduzimos nossas atividades com relações pautadas pela ética e pelo respeito, promovendo o equilíbrio entre os aspectos econômico, social e ambiental dos negócios. Esse tema é tão relevante que em 2013 estabelecemos um novo Valor Corporativo relacionado à sustentabilidade e definimos a Política Corporativa de Sustentabilidade. Ambos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

traduzem a nossa certeza de que é preciso minimizar os impactos da atividade ao meio ambiente e incentivar projetos de geração de emprego e renda para as mulheres.

O compromisso com o meio ambiente é uma das premissas de nossa atuação com a gestão de resíduos sólidos, o incentivo aos clientes para o uso do EcoEstilo e o controle das emissões de gases de efeito estufa. No âmbito social, a Companhia investe na promoção de condições de trabalho dignas, na valorização da diversidade, no desenvolvimento de comunidades e na inserção da mulher no mercado de trabalho.

O segmento têxtil brasileiro caracteriza-se pela pulverização ao longo da cadeia. Dessa forma, a Lojas Renner leva em consideração, na contratação de nossos fornecedores, a conformidade das condições de trabalho nos processos de fabricação a fim de preservar nosso compromisso público com a orientação ética. Para tanto, são realizadas auditorias nas fábricas e em suas subcontratadas, sendo avaliados requisitos de responsabilidade social, saúde e segurança e meio ambiente.

A Escola de Costura Renner, projeto que promove cursos para a qualificação de costureiras, é uma iniciativa da Companhia no sentido de proporcionar empregabilidade para mulheres e contribuir para o desenvolvimento do segmento de moda no país. Neste ano, foram formadas 65 pessoas para atuar na produção de vestuário, a grande maioria das quais absorvidas pelos fornecedores da Renner.

Ao longo do ano, foram destinados cerca de R\$ 3,2 milhões para ações desenvolvidas em oito estados e no Distrito Federal. O investimento realizado em projetos de geração de emprego e renda voltados exclusivamente para a mulher possibilitou a capacitação profissional de 755 mulheres.

COM OS ACIONISTAS E INVESTIDORES

Ser a primeira empresa no Brasil com capital totalmente pulverizado foi um enorme motivo de orgulho para a Lojas Renner o que, ao mesmo tempo, nos traz uma série de responsabilidades e desafios. É por isso que a Companhia, ao longo dos últimos anos, vem aprimorando cada vez mais sua Governança Corporativa, seguindo as melhores práticas mundiais.

No modelo corporativo adotado em 2005, as atividades operacionais são comandadas pela Diretoria Executiva, seguindo as orientações estratégicas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria conta ainda com alguns comitês de gestão para apoio às suas decisões, que sejam: Prevenção de Perdas, Real Estate, Ética Empresarial e Executivo.

No ano, as ações da Renner, negociadas na BM&FBovespa, sob o símbolo LREN3, tiveram desvalorização de 23,5% versus a carteira teórica do Ibovespa com desvalorização de 15,5%. Em 2013, as ações foram negociadas em todos os pregões, totalizando 993,1 mil negócios, com 215,2 milhões de ações e um volume médio diário negociado de R\$ 57,4 milhões. Não obstante a performance decrescente no período, as ações LREN3, desde a Oferta Pública realizada em julho de 2005, geraram um Retorno Total ao Acionista de 906,9%.

Em 2013, foram creditados aos acionistas, R\$ 57,9 milhões sob a forma de Juros sob Capital Próprio ou R\$ 0,4631 por ação, os quais serão ainda complementados pelos dividendos anuais propostos de R\$ 105,1 milhões. Se aprovado na Assembleia Geral de 2014, a remuneração total de 2013 chegará a R\$ 163,0 milhões, equivalente a um *dividend yield* de 2,1% (considerado o preço da ação em 30/12/13) e um *pay out* de 40,0%. Tal proposta levou em conta a política de crescimento sustentado da Companhia e os investimentos em novas lojas, em estrutura e processo logístico e no Centro de Serviços Compartilhados.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Na Renner sempre acreditamos que anos mais difíceis devem ser transformados em momentos únicos e oportunos para crescermos e ganharmos mercado. Em 2013, esta diretriz foi mais uma vez vivenciada, pois tivemos alterações no cenário macroeconômico combinadas com a ausência de frio nas regiões mais importantes para os nossos negócios. Tivemos ainda a Copa das Confederações de futebol e uma série de protestos nas ruas no mês de junho.

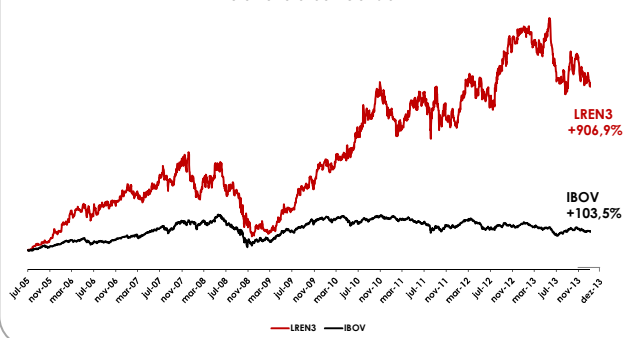
Mesmo assim, atingimos no ano Vendas de R\$ 3,9 bilhões, com crescimento de 13,1%, e batemos os indicadores do PMC – Pesquisa Mensal do Comércio (8,8% em 2013) em todos os meses do ano e em praticamente todas as regiões do País. As Vendas em Mesmas Lojas apresentaram crescimento de 5,8%, um dos maiores dentre os principais varejistas brasileiros. A boa performance de vendas e os ganhos de mercado que tivemos são consequência de um maior fluxo de clientes nas

Principais Práticas de Governança Corporativa

- Novo Mercado
- 100% de free float
- Maioria de Conselheiros independentes (75%)
- Comitês do Conselho de Administração
- Comitês de Gestão
- Diferentes executivos como Presidentes do CA e Diretoria
- Conselho Fiscal Permanente
- Manual para participação em Assembleias
- Plano de Opções de Compra de Ações
- Regimento interno para Conselhos e Comitês
- Avaliação formal do Conselho de Administração e da Diretoria
- Secretários para Conselhos e Comitês
- Portal do Conselho de Administração
- Canal de denúncias

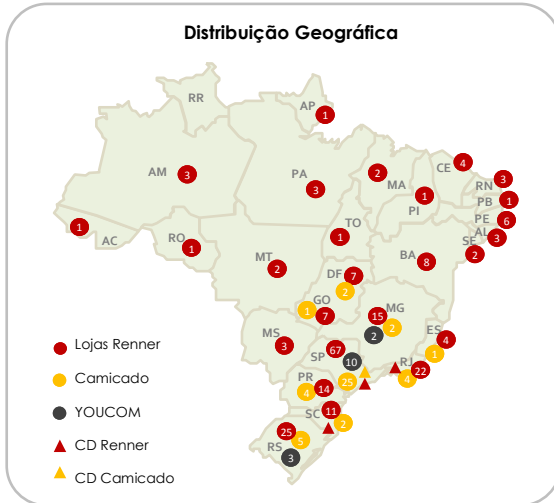
Performance das Ações

Retorno Total ao Acionista



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

lojas, onde tivemos um aumento de 1,6% no número de transações realizadas em lojas comparáveis da Renner, ao mesmo tempo que a quantidade de peças por sacolas ficou estável.

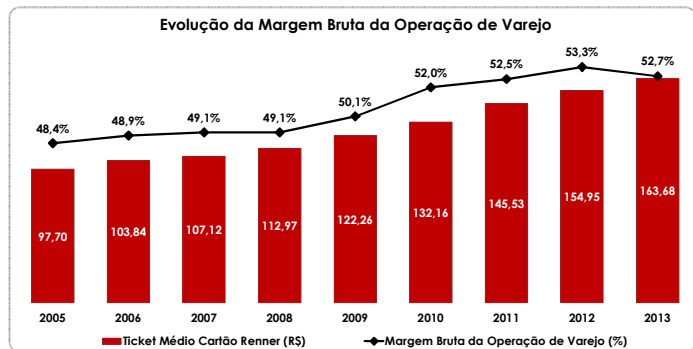


O ticket médio da Renner foi de R\$ 117,31, apresentando um crescimento de 4,8% sobre 2012. O preço médio cresceu 5,5% nos doze meses, ficando abaixo da inflação do País, medida pelo IPCA/IBGE.

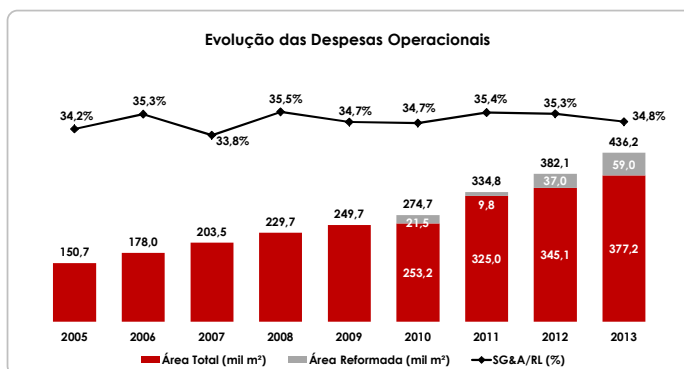
A produtividade das lojas, na Renner, foi de R\$ 9,9 mil por m², em linha com o apresentado em 2012, e, na Camicado, foi de R\$ 9,0 mil por m² ante R\$ 8,5 mil por m² no mesmo período do ano anterior. Em 2013, foram adicionados 54,1 mil m² de área de vendas, com um crescimento de 14,2% sobre 2012, se considerados os três modelos de lojas – Renner, Camicado e Youcom, que totalizaram 278 operações. Acreditamos que parte destes resultados advém de uma série de iniciativas que viemos desenvolvendo, buscando a melhoria da experiência de compra em nossas lojas da Renner, com um novo projeto arquitetônico, com diversas iniciativas de agilidade no atendimento (novos alarmes de segurança nos produtos, novos provedores e maior agilidade nas filas) assim como pelo novo conceito de visual merchandising que vem sendo implantado em novas lojas e em flagships.

A Margem Bruta da Operação de Varejo Consolidada foi de 52,7%, abaixo dos 53,3% apresentados em 2012. Excluindo os efeitos da nova contribuição previdenciária sobre o faturamento, a Margem Bruta de 2013 teria performado nos mesmos níveis de 2012, mesmo com as maiores perdas de inventário reconhecidas no 1T13, o inverno tardio e as menores margens praticadas na Camicado, devido à eliminação de estoques antigos ou inconsistentes.

Se olharmos a evolução da Margem Bruta da Companhia nos últimos 8 anos, vemos um crescimento de mais de 4,0 p.p. no período acumulado, um reflexo direto de uma série de melhorias operacionais que foram implementadas, do maior volume de importações e da gestão dos estoques por cor e tamanho, que nos permitiram reduzir os níveis de remarcações e ajustar o sortimento das lojas de acordo com suas características de tamanho, classe social e temperaturas.



Em 2013, nossos esforços continuaram direcionados para o ganho de eficiência e produtividade, e começamos uma nova fase de investimentos que nos permitirão ampliar ainda mais nossa Margem Bruta. Estamos no meio do processo, mas acreditamos que a implementação do novo modelo logístico e da gestão de estoques por SKU (itens) nos permitirá termos ganhos mais relevantes na margem bruta da Companhia a partir de 2016.



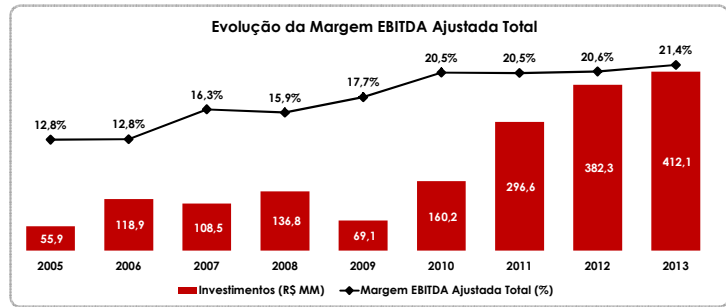
As Despesas Operacionais neste período foram de R\$ 3,1 mil por m², tendo apresentado uma redução em relação ao ano anterior, fruto de nosso constante trabalho de racionalização de despesas, que, em 2013, foi intensificado a partir de abril, por um projeto de revisão de toda a estrutura de despesas, denominado "+Simples", onde processos foram simplificados, contratos renegociados, estruturas repensadas, além de uma forte conscientização de todos os colaboradores em reduzir despesas. Em relação à Receita Líquida, as Despesas Operacionais também apresentaram redução, absolutamente alinhadas com nossos objetivos, de manter despesas e rentabilidade mesmo durante o período de investimentos mais relevantes e expansão acelerada

como o que estamos vivendo.

Nos últimos anos, passamos a abrir um maior número de operações, entramos num processo de remodelação de lojas, adquirimos a Camicado e lançamos outros dois novos negócios (Youcom e E-commerce). Além disso, demos início a projetos grandes de infraestrutura que irão suportar nossa operação e maximizar nossos retornos, através da redução de despesas com o Centro de Serviços Compartilhados e da gestão da cadeia de suprimentos através dos novos CDs, e, mesmo assim, mantivemos as Despesas Operacionais, sobre Receita Líquida, estáveis desde 2011, quando começamos os investimentos mais fortes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para construirmos a Renner do futuro, com um modelo de negócio cada vez mais rentável, com estruturas sólidas e preparadas para uma maior competição, precisamos investir de forma consistente e por isso nosso Capex superou os R\$ 400 milhões em 2013 e deverá continuar em patamares mais altos nos próximos 2 anos. Mesmo assim, temos garantido, desde 2010, a estabilidade de nossa Margem EBITDA em torno de 21% e devemos continuar com esta tendência ainda em 2014 e 2015, para, a partir de 2016, começarmos a colher os frutos de todos estes esforços.



Como parte do plano de crescimento da Lojas Renner, temos trabalhado no desenvolvimento do novo modelo logístico que, além de suportar o crescimento da rede de lojas, resultará em mais velocidade e melhor gestão do inventário, assim como maior assertividade na alocação das coleções, consideradas as diferentes características das regiões do País.

Em agosto de 2012, entrou em operação o CD do Rio de Janeiro, com área de 50 mil m², que se somou aos 28 mil m² dos CDs já existentes em São Paulo e Santa Catarina. A nova unidade é única em termos de grau de automação do setor de vestuário no Brasil, devendo proporcionar ganhos de eficiência, com redução da necessidade de mão de obra e melhor aproveitamento do espaço físico. O projeto de logística inclui também a construção de outros dois CDs: um já em andamento em Santa Catarina, e outro, futuramente, em São Paulo. A área total construída será, então, de aproximadamente 150 mil m², distribuída em três novos CDs.

Tal estrutura é essencial para a plena adoção do novo modelo de abastecimento das lojas. Em termos de gestão dos estoques, deixa-se o controle por grades (packs de cores e tamanhos) para adotar a gestão por itens individuais (SKUs). Com relação ao processo logístico, substituiu-se o processo de distribuição de 100% – onde os produtos são recebidos, manipulados e encaminhados para a expedição sem passar pelo processo de estocagem – para adotar o sistema de *push-pull* – que se baseia no equilíbrio entre o que é enviado e o que é solicitado pelas lojas.

São diversos os benefícios a serem obtidos a partir do novo modelo. A melhor alocação, com maior assertividade dos itens enviados a cada loja, deverá permitir a redução dos casos de falta de produtos em certas unidades, da necessidade de remarcações e de transferências de produtos entre lojas. Ao mesmo tempo, deverá contribuir para ampliar a área de vendas em algumas lojas.

Já o Centro de Serviços Compartilhados, que estará na sua terceira fase de implantação a partir de 2014, deverá consolidar e padronizar todos os processos de suporte das atividades, resultando em maior eficiência destes e no aprimoramento dos controles internos. O objetivo principal deste projeto é liberar as áreas para dedicar maior foco aos negócios e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência nos processos de suporte, gerando ainda economias de escala que permitirão a redução de despesas.

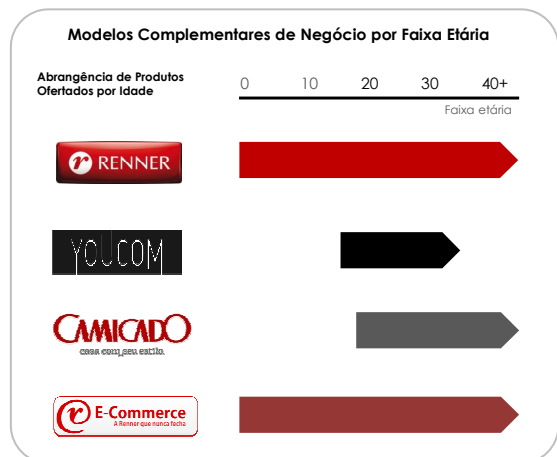
NOVOS NEGÓCIOS

Temos investido fortemente para aperfeiçoarmos o modelo de negócios da Renner, trazendo velocidade e reatividade às demandas do mercado. Ao mesmo tempo, entendemos que a mobilidade social vivida nos últimos anos, com mais de 50% da população na classe média, combinada com algumas características importantes do varejo brasileiro, ainda muito fragmentado e bastante informal, nos geram oportunidades extras de agregação de valor aos acionistas através de modelos complementares de negócios, sempre focados em moda para a classe média.

CAMICADO

A Camicado, adquirida em maio de 2011, é a maior varejista nacional de casa e decoração. Conta atualmente com 46 lojas, com área média de vendas de 500 m², localizadas principalmente nas regiões Sudeste e Sul. A Camicado atende os mesmos clientes que compram na Renner e está localizada também em alguns shoppings em que operamos, oferecendo produtos de moda para casa. O racional da aquisição foi baseado no potencial de termos uma marca já conhecida, forte e com liderança nos mercados onde opera e que, em um curto espaço de tempo, pudesse ser usada como uma nova plataforma para a criação de uma cadeia nacional atendendo a classe média brasileira. Os aumentos de rentabilidade vêm sendo capturados através de um novo sortimento de produtos, com maiores níveis de importações e com a adição de mais itens de decoração e moda ao mix inicialmente ofertado. A experiência da Renner, adquirida ao longo dos anos que operou (até 2003) no segmento de cama, mesa e banho, utensílios domésticos e decoração, também está sendo muito importante na execução do plano previsto. A Camicado traz um conceito que tem alta desejabilidade dos shoppings já que é necessário para a composição do mix ideal de lojas para os empreendimentos.

Em 2013, atingimos Receita Líquida de R\$ 192,8 milhões nesse negócio, 21,6% maior que no ano de 2012. No conceito de Vendas em Mesmas Lojas, a Camicado chegou a 9,5% ante 2,3% do ano anterior. A Margem Bruta, por sua vez, foi de 42,9%, levemente acima da margem apresentada em 2012 que foi de 42,7%, e o EBITDA já passou a contribuir positivamente, no 4T13, com os resultados consolidados.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

YOUCOM

A Youcom foi lançada em 2013, após período de testes com 4 lojas piloto usando a marca Blue Steel. Ao final de dezembro, contava com 15 lojas em operação, com área média de vendas de 120 m². A Youcom busca atender o público jovem de classe média, de 18 a 35 anos de idade, em um formato de loja especializada com ambiente diferenciado, ofertando produtos de qualidade a preços competitivos e com alto apelo de moda. Com potencial para pelo menos 300 lojas no País, a Youcom pode ainda ter uma operação de vendas por atacado através do varejo de multimarcas e, eventualmente, também operar por franquias. É um modelo de negócio com alta capilaridade e apresenta potencial elevado para mercados menores. Em 2013, a Youcom atingiu Receita Líquida de R\$ 10,1 milhões e a Margem Bruta chegou a 54,5% (incluindo as vendas das lojas Blue Steel).

E-COMMERCE

O comércio eletrônico tem se desenvolvido rapidamente no Brasil, ganhando cerca de 10 milhões de novos consumidores em 2013, alta de 20,0% ante 2012. As operações do E-commerce da Renner vem acompanhando este crescimento e, em 2013, as vendas realizadas através deste canal totalizaram R\$ 34,5 milhões, com incremento de 59,0% sobre o ano anterior e Margem Bruta de 51,2% ante 49,4% do mesmo período de 2012. Nos últimos anos temos investido constantemente neste canal e estimamos que, em 2014, já devemos atingir o *break-even* da operação em termos de EBITDA. Para os próximos anos, vemos ótimas oportunidades de desenvolver ainda mais este negócio através da exploração das vendas eletrônicas de Camicado e Youcom, seguindo as tendências apontadas pelo E-bit que apresenta as categorias de moda e acessórios entre as mais consumidas pelo varejo *online* brasileiro.

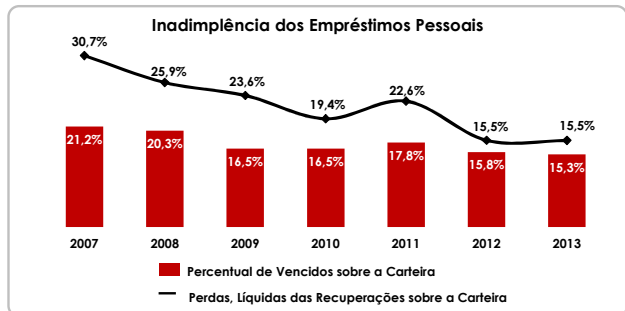
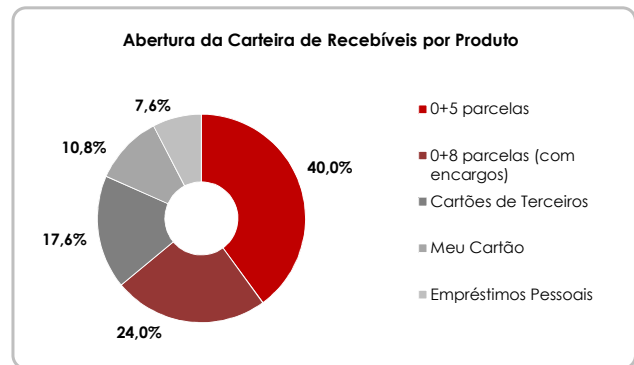
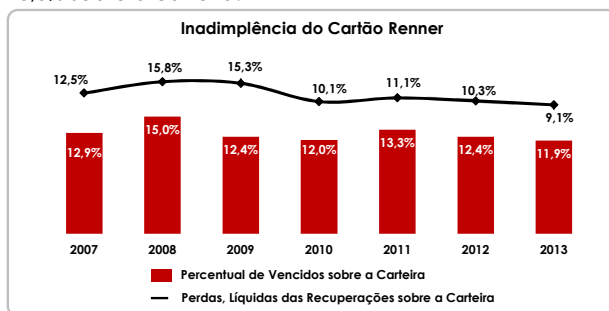
PRODUTOS FINANCEIROS

Os produtos e serviços financeiros são oferecidos aos clientes nos espaços Realize Soluções Financeiras, dentro da Lojas Renner S.A.. São instrumentos de conveniência financeira e fidelização, alinhados com a proposta de valor da Companhia, que é ser cúmplice da mulher moderna. Ainda que não constituam o foco principal de atuação da Lojas Renner, são importantes ferramentas de alavancagem do varejo, além de trazerem contribuição adicional aos resultados da Companhia.

Em 2013, o Cartão Renner completou 40 anos de operação, sempre com foco em agregar valor à operação do Varejo, garantindo maior ticket de venda e fluxo de retorno às Lojas.

Além dos Cartões Private Label e o Co-Branded, que financiam as vendas através das opções de parcelamento aos clientes, também são oferecidos Empréstimos Pessoais e Seguros no Realize Soluções Financeiras por meio de parceiros de negócios. A carteira de recebíveis da Lojas Renner totalizou, em dezembro de 2013, R\$ 1.572,4 milhões e apresenta historicamente níveis de inadimplência bastante baixos.

Em 2013, as perdas em crédito no Cartão Renner foram de 2,5% sobre a Receita Líquida de Mercadorias, superando seus níveis mais baixos (ou 9,1% se considerada a carteira de crédito apenas). No crédito pessoal, a inadimplência ficou em 15,5% sobre a carteira.



CARTÕES DE CRÉDITO

Contamos com duas modalidades de cartões para parcelamento e financiamento de nossos clientes: o Cartão Renner (Private Label) e o Cartão Co-branded com as bandeiras Visa e Mastercard, denominado "Meu Cartão". Para ambos, são oferecidas opções de pagamentos sem juros em até 5 prestações mensais, ou a opção de 8 pagamentos mensais fixos com juros.

O Cartão Renner (Private Label) é o principal instrumento de ativação dos consumidores, através de uma longa história de apoio para alavancagem das operações de varejo. Neste produto, contamos com mais de 22 milhões de clientes, com aproximadamente 30% da base ativa. Com o processo de revitalização do Cartão Renner, iniciado em 2012, o cartão Private Label passou a contar com maiores facilidades de uso e com um inovador programa de relacionamento denominado Clube de Vantagens Renner, que prevê a oferta de uma gama de vantagens exclusivas para os seus usuários, e como consequência, aumenta os índices de ativação, permanência e eficiência geral da nossa base, tendo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

encerrado 2013 com mais de 400 mil clientes cadastrados. O Cartão é responsável por 51,4% das vendas totais da Companhia e também é aceito nas lojas da Camicado.

Já o "Meu Cartão", cartão de crédito tradicional, emitido pela Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. com as bandeiras Mastercard e Visa, é uma nova alternativa oferecida aos clientes elegíveis da base total. Estes clientes podem usar seus cartões de crédito tanto na Renner quanto em outros estabelecimentos, podendo ainda optar entre as opções de fatura ou carnê para as compras realizadas em nossas lojas. Atualmente, já temos 1,5 milhão de cartões emitidos e acreditamos que esta é uma importante ferramenta de fidelização de clientes, com oportunidades adicionais de ganhos de receitas com comissões sobre o uso do cartão em outros estabelecimentos e pelo financiamento de clientes através do crédito rotativo. Os portadores do "Meu Cartão", desde setembro de 2013, têm também os mesmos benefícios do Clube de Vantagens Renner.

CRÉDITO PESSOAL

Aos clientes elegíveis do Cartão Renner, oferecemos ainda, no Realize Soluções Financeiras, através de instituições financeiras, empréstimos pessoais que podem ser usados conforme as necessidades específicas de cada cliente. Este produto não está atrelado à venda de mercadorias, mas constitui-se em uma ferramenta de fidelização e conveniência, bastante rentável à Companhia. O valor médio dos empréstimos fica em torno de R\$ 640,00, com prazo médio de 8 meses.

SEGUROS

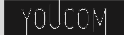
Oferecemos também aos nossos clientes seguros pessoais, perda e roubo dos cartões, desemprego e compra garantida. Estes seguros são ofertados em parceria com a Porto Seguro S.A. e sempre buscamos manter o portfólio ofertado alinhado com a proposição de valor de cumplicidade com a mulher moderna, ajustando os produtos às necessidades e demandas das clientes e desenvolvendo canais alternativos para distribuição.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dados Consolidados (R\$ MM)	2013	2012	2011
Receita Líquida das Vendas de Mercadorias	3.913,8	3.462,0	2.896,6
Vendas em Mesmas Lojas (%)*	5,8%	8,8%	7,2%
Lucro Bruto das Vendas de Mercadorias	2.063,0	1.845,5	1.521,4
Margem Bruta das Vendas de Mercadorias (%)	52,7%	53,3%	52,5%
Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Adm.)	1.360,3	1.223,5	1.026,2
Despesas sobre a Receita Líquida das V. Mercad. (%)	34,8%	35,3%	35,4%
EBITDA Ajustado da Operação de Varejo	663,3	565,6	467,6
Margem EBITDA Ajustada da Operação de Varejo (%)	16,9%	16,3%	16,1%
Resultado de Produtos Financeiros	173,8	148,9	125,1
EBITDA Ajustado Total (Varejo + Produtos Financeiros)	837,1	714,4	592,6
Margem EBITDA Ajustada Total (%)	21,4%	20,6%	20,5%
Lucro Líquido	407,4	355,4	336,9
Margem Líquida (%)	10,4%	10,3%	11,6%
ROIC (%)	21,4%	23,9%	28,6%

* Inclui Camicado a partir de 2013.

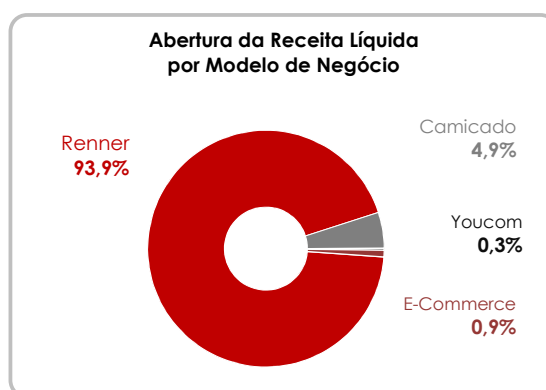
Abertura da Operação de Varejo por Negócios - 2013				
Lojas	217	46	15	-
Área de Vendas (mil m²)	411,1	23,0	2,2	-
Receita Líquida (R\$ MM)	3.676,4	192,8	10,1	34,5
% de Crescimento	12,3%	21,6%	54,0%	59,0%
Margem Bruta (%)	53,2%	42,9%	54,5%	51,2%

Receita Líquida das Vendas de Mercadorias

No ano de 2013, a Receita Líquida das Vendas de Mercadorias foi de R\$ 3.913,8 milhões, o que representa um aumento de 13,1% sobre o desempenho de 2012, mesmo com alterações no cenário macroeconômico, ausência de frio nas regiões mais importantes para os nossos negócios e uma série de protestos nas ruas no mês de junho. A elevação da receita foi obtida a partir da combinação de algumas iniciativas operacionais adotadas ao longo de 2013, bem como pela boa aceitação das coleções. Os efeitos positivos das mudanças no mix de produtos que estão sendo implementadas na Camicado também contribuíram com esse resultado. Considerando o conceito de Vendas em Mesmas Lojas, o desempenho, em 2013, foi de 5,8% ante o ano de 2012. Esse crescimento teria sido de 6,8%, se excluídos os efeitos, desde abril de 2013, da nova contribuição previdenciária sobre o faturamento.

Custo das Mercadorias Vendidas

Em 2013, o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) alcançou R\$ 1.850,8 milhões incluindo a provisão de perdas do inventário e custo financeiro. O valor, que corresponde ao aumento de 14,5% na comparação com o ano anterior, apresentou variação superior à evolução da Receita Líquida, que foi impactada negativamente pela nova contribuição previdenciária sobre o faturamento. O reconhecimento das perdas maiores de inventário no 1T13, relacionadas ao processo de transição no sistema de etiquetas de segurança, também contribuíram para esse aumento.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro Bruto da Operação de Varejo

O Lucro Bruto da Operação de Varejo foi de R\$ 2.063,0 milhões, com crescimento de 11,8% ante 2012. Como consequência, a Margem Bruta da Operação de Varejo foi de 52,7%, 0,6p.p. inferior à margem verificada no ano anterior. Esta redução refere-se à nova contribuição previdenciária sobre o faturamento. Se excluído esse efeito, a Margem Bruta teria ficado estável, mesmo com as menores margens praticadas na Camicado, as maiores perdas de inventário reconhecidas no IT13 e a maior remarcação na coleção, devido à chegada tardia do inverno.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais, em 2013, somaram R\$ 1.360,3 milhões, 11,2% maior do que o registrado no ano anterior. Como percentual da Receita Líquida, as despesas representaram 34,8%, com redução de 0,5p.p em relação ao ano anterior. Este resultado é consequência dos constantes esforços para racionalização e controle de custos da Companhia e tem ainda um viés mais positivo na medida em que alguns itens não comparáveis foram incorporados à estrutura de gastos, como o novo CD e a abertura de mais unidades da nova cadeia de lojas especializadas - Youcom.

As Despesas com Vendas totalizaram R\$ 1.030,1 milhões, montante 10,8% superior aos R\$ 929,6 milhões verificados em 2012. A participação na Receita Líquida foi de 26,3%, o que representa melhora de 0,5p.p. quando comparado com os 26,8% registrados no ano anterior. As Despesas Gerais e Administrativas alcançaram R\$ 330,2 milhões ante R\$ 293,9 milhões em 2012. O montante registrado em 2013 correspondeu a 8,4% da Receita Líquida ante 8,5% de 2012.

No exercício, a despesa com o Programa de Participação nos Resultados (PPR) totalizou R\$ 34,0 milhões ante os R\$ 27,5 milhões de 2012. As Participações Estatutárias, por sua vez, somaram R\$ 5,6 milhões comparados a R\$ 5,8 milhões em 2012, estando ambas as despesas registradas na linha "Outros Resultados Operacionais".

EBITDA Ajustado do Varejo

A combinação entre crescimento da receita superior ao aumento dos custos totais, o rígido controle de despesas, mesmo com o aumento dos custos logísticos e da nova cadeia de lojas especializadas, resultou em um EBITDA Ajustado do Varejo de R\$ 663,3 milhões no ano. O desempenho foi 17,3% superior aos R\$ 565,6 milhões registrados em 2012 e fez com que a Margem EBITDA Ajustada do Varejo chegasse a 16,9% em 2013 ante 16,3% em 2012, com crescimento de 0,6p.p.. Também impactaram esse resultado algumas receitas não recorrentes, referentes a reversões de provisões em processo de natureza tributária por conta de decisão administrativa favorável e de contribuição previdenciária sobre férias, bem como créditos fiscais identificados em trabalhos de revisão fiscal. Excluídos esses efeitos, ainda assim haveria manutenção da margem, apesar de todas as despesas atreladas a expansão e reformas.

Resultado de Produtos Financeiros

Abertura do Resultado de Produtos Financeiros (R\$ MM)	2013	2012	2011
Receitas, Líquidas do Funding e Impostos	439,7	382,7	321,0
Vendas sem Encargos (0+5)	107,8	91,6	79,6
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	192,7	171,3	150,5
Cartão Co-branded Meu Cartão	54,4	34,4	7,0
Empréstimos Pessoais e Outros Produtos Financeiros	84,8	85,4	83,9
Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações	(142,5)	(126,1)	(109,4)
Vendas sem Encargos (0+5)	(30,7)	(32,0)	(28,3)
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(65,9)	(59,9)	(54,0)
Cartão Co-branded Meu Cartão	(23,9)	(15,5)	(2,7)
Empréstimos Pessoais	(22,0)	(18,7)	(24,4)
Despesas Operacionais (Cartão Renner e Produtos Financeiros)	(123,4)	(107,7)	(86,5)
Resultado de Produtos Financeiros	173,8	148,9	125,1
% Sobre o EBITDA Ajustado Total da Companhia	20,8%	20,8%	21,1%

Os Produtos Financeiros apresentaram resultado de R\$ 173,8 milhões, com evolução positiva de 16,8% em relação aos R\$ 148,9 milhões obtidos em 2012, representando 20,8% do EBITDA Ajustado Total, o mesmo percentual apresentado em 2012.

Os Cartões Renner emitidos somavam 22,5 milhões de plásticos ao final de 2013, e registraram participação de 51,4% nas vendas de mercadorias. No ano, as vendas sem encargos representaram 39,5% das vendas totais enquanto a opção de 0+8 parcelas com encargos financeiros alcançou 11,9%.

Considerando o ano de 2013, o ticket médio do Cartão

Renner foi de R\$ 163,68 e o ticket médio da Companhia foi de R\$ 117,31, ante R\$ 154,95 e R\$ 111,90, respectivamente, em 2012.

As perdas no Cartão Renner, líquidas das recuperações, em 2013, foram de 2,5% da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, 0,2 p.p. abaixo do verificado em 2012 (ou 9,1% se considerada a carteira de crédito apenas, versus 10,3% em 2012). A inadimplência em patamares mínimos históricos é resultado de uma série de iniciativas adotadas para o controle das perdas e ganhos de eficiência em concessão, cobrança e recuperação de crédito.

Para os produtos de crédito pessoal, a carteira total de empréstimos atingiu em dezembro de 2013, R\$ 129,7 milhões (R\$ 94,6 milhões se ajustados a valor presente), ante R\$ 112,3 milhões de 2012. As perdas de Empréstimos Pessoais, líquidas das recuperações, foram de 15,5% (sobre a carteira), o mesmo apresentado em 2012. O ticket médio dos empréstimos, em 2013, foi de R\$ 640,00 e o prazo médio de 8 meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em dezembro de 2013, o Meu Cartão contava com 1,5 milhão de cartões emitidos, tendo a sua carteira alcançado, ao final do período, R\$ 175,3 milhões, o que contribuiu com geração de receita total de R\$ 54,4 milhões, ante R\$ 34,4 milhões do ano anterior. As perdas sobre a carteira, em 2013, foram de 13,6%, abaixo das médias de mercado para tal produto.

As Despesas Operacionais de Produtos Financeiros, em 2013, apresentaram crescimento de 14,5%, consequência de despesas atreladas ao cartão Co-branded, do maior número de lojas no Realize Soluções Financeiras e das atividades de cobrança.

EBITDA Ajustado Total: Varejo + Produtos Financeiros

Reconciliação do EBITDA Total (R\$ MM)	2013	2012	2011
Lucro líquido	407,4	355,4	336,9
(+) IR, CSLL	175,3	153,4	138,5
(+) Resultado Financeiro, Líquido	67,7	50,4	(2,8)
(+) Depreciações e Amortizações	167,4	133,0	97,6
EBITDA Total	817,8	692,2	570,2
(+) Plano de Opção de Compra de Ações	13,1	16,1	18,1
(+) Participações Estatutárias	5,6	5,8	3,6
(+) Resultado Baixa de Ativos Fixos	0,6	0,3	0,7
EBITDA Ajustado Total*	837,1	714,4	592,6
Margem EBITDA Total	20,9%	20,0%	19,7%
Margem EBITDA Ajustada Total*	21,4%	20,6%	20,5%

durante as reformas ao longo do ano.

* De acordo com o previsto no art. 4º da Instrução CVM nº 527, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado, conforme tabela acima, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades. Tais ajustes se fundamentam em: a) o Plano de Opções de Compra de Ações - corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços e tem como contrapartida a Reserva de Capital do Patrimônio Líquido e, portanto, não representa saída de caixa; b) as Participações Estatutárias tem caráter contingente e estão relacionadas à própria geração de lucros conforme o art. 187 da Lei 6.404/76; e c) o Resultado Baixa de Ativos Fixos refere-se aos resultados apurados na venda ou baixa de ativos fixos, na sua maior parte, sem nenhum impacto no caixa.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2013, a Receita Financeira foi de R\$ 52,3 milhões enquanto no ano anterior haviam sido registrados R\$ 39,0 milhões, o que representa um crescimento de 34,3%. A variação é explicada pelo maior nível de caixa operado ao longo do ano, assim como pelos maiores rendimentos obtidos como consequência do aumento da taxa Selic no decorrer do exercício.

As Despesas Financeiras, por sua vez, totalizaram R\$ 120,0 milhões em 2013 ante R\$ 89,4 milhões em 2012, já incluindo as variações cambiais. O aumento das despesas financeiras é justificado também pela emissão de R\$ 400,0 milhões em debêntures realizada no ano.

Com isso, nosso desempenho financeiro resultou em despesa líquida de R\$ 67,7 milhões, ante também uma despesa líquida de R\$ 50,4 milhões verificada em 2012.

Endividamento/Disponibilidades Líquidas

Encerramos, em agosto de 2013, a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com rating "AA+,br." - atribuído pela Standard & Poor's. Foram captados na emissão R\$ 400 milhões, que, junto com as emissões de 2011 e 2012, formaram a nova base da estrutura de capital da Companhia.

Os recursos obtidos estão sendo direcionados para suportar o nosso crescimento orgânico, com sua utilização distribuída entre a abertura de novas lojas, a reforma de lojas existentes, novos centros de distribuição e capital de giro.

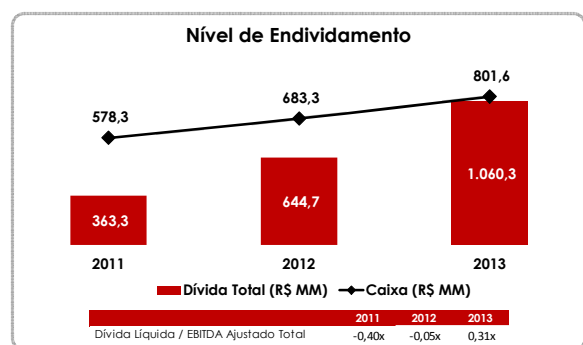
No final de dezembro de 2013, registramos R\$ 258,7 milhões de Endividamento Líquido, ante R\$ 38,6 milhões de Disponibilidades Líquidas ao final de 2012.

As posições de financiamentos atreladas à operação de Produtos Financeiros, bem como ao financiamento de importações, são tratadas como financiamentos operacionais e, portanto, são desconsideradas para fins de cálculo de endividamento líquido.

Lucro Líquido

Ao final de 2013, alcançamos R\$ 407,4 milhões de Lucro Líquido e 10,4% de Margem Líquida. Esse resultado, quando comparado com o obtido em 2012, representa crescimento de 14,6% no lucro e de 0,1p.p. na margem. O rígido controle das despesas e o bom resultado de Produtos Financeiros contribuíram para este desempenho, não obstante as maiores despesas financeiras decorrentes da nova estrutura de capital e o maior nível de depreciação.

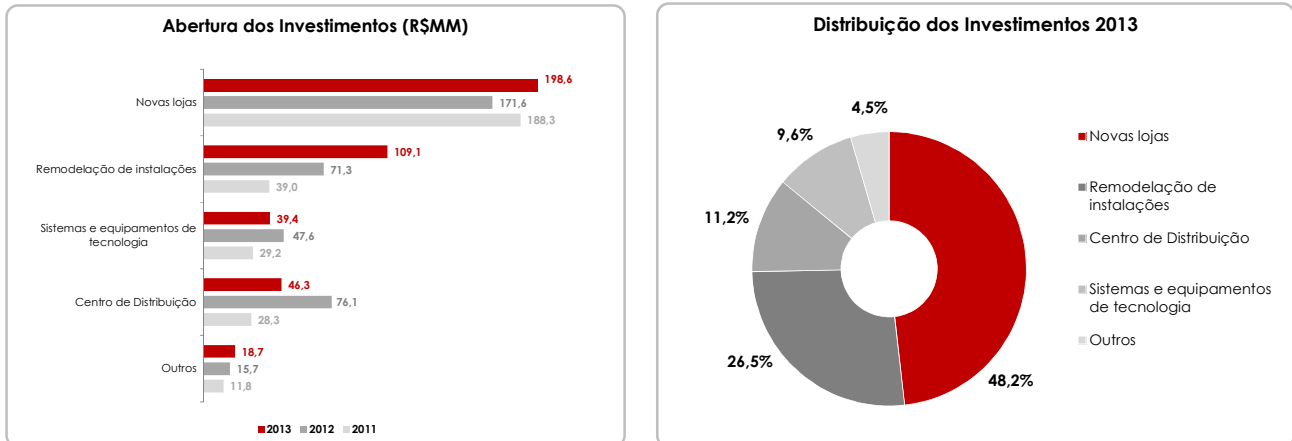
O EBITDA Ajustado Total somou R\$ 837,1 milhões em 2013, evolução positiva de 17,2% quando comparado ao de 2012. A Margem EBITDA Ajustada Total foi de 21,4%, 0,8p.p acima do ano anterior, que foi de 20,6%. A melhora das vendas a partir de julho, o rígido controle das despesas e os bons resultados dos Produtos Financeiros contribuíram para neutralizar os reflexos das despesas adicionais em logística e da nova cadeia de loja especializada, bem como dos impactos das lojas que operavam parcialmente



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Em linha com nosso planejamento de longo prazo, em 2013 investimos em importantes projetos, que somaram R\$ 412,1 milhões. Este montante inclui a abertura de 46 novas lojas, sendo 29 Renner, 11 Youcom e 6 Camicado, bem como as 14 reformas e atualizações de lojas.



RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A política da Lojas Renner junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers, não foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras.

PERSPECTIVAS

Mesmo em momentos de pouca visibilidade, como os que vivemos em maio e junho de 2013, tivemos agilidade e foco e conseguimos atingir um desempenho satisfatório, superando a maioria de nossos pares em crescimento de Vendas em Mesmas Lojas.

Assim, conseguimos superar o índice de vendas do varejo, o PMC (Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE), em todos os meses do ano. Sempre buscando alternativas de crescer e de ganhar participação de mercado, independente das mudanças macroeconômicas.

Para 2014, os desafios não serão diferentes. Teremos um cenário de inflação provavelmente mais elevada, juros mais altos que os últimos anos e PIB de crescimento moderado. Teremos ainda um calendário atípico, com a Copa do Mundo de Futebol em junho e eleição presidencial em outubro. Diante disso, estamos todos focados em ganhar *market share*, agindo de forma pró-ativa para atendermos nossos clientes com produtos cada vez melhores, de maneira ágil e ganhando espaço consistentemente.

Segundo nossos planos, serão inauguradas entre 25 e 30 lojas da Renner, 6 a 10 Camicado e outras 15 unidades da Youcom. Para isso, estamos prevendo investimentos de R\$ 532,8 milhões que englobam ainda a continuidade do projeto logístico, a reforma de pelo menos 10 lojas e melhorias em TI.

Este ano que começa nos traz desafios, mas também oportunidades, pois entendemos que precisamos estar preparados para garantir a rentabilidade dos negócios ao mesmo tempo que continuaremos investindo forte na expansão de lojas, na infraestrutura logística e de suporte através do Centro de Serviços Compartilhados e na remodelação das unidades. Temos que estar prontos para atender os novos consumidores que entraram no mercado na última década, assim como para capturar o *share* de um mercado ainda muito fragmentado e com elevado nível de informalidade, que vem se fragilizando nos últimos meses pela desaceleração econômica e pelas iniciativas governamentais que dificultam a evasão fiscal.

Acreditamos que este será um ano de oportunidade para operadores eficientes, produtivos e focados, com estruturas enxutas de custos e preparados para qualquer cenário.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os nossos clientes, fornecedores, colaboradores e acionistas pelo apoio, empenho, dedicação e engajamento ao longo de 2013.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros artigos próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": LREN3).

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras compreendem:

- Demonstrações financeiras individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1; e
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

Exceto em relação aos ativos adquiridos via combinação de negócios (nota explicativa nº 11) e por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (notas explicativas nº 3.4, 3.10 e 3.14).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2014.

2.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios apresentados.

3.1 Apresentação dos segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Notas Explicativas**

decisões da Companhia.

O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda**Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos (nota explicativa nº 30).

Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos (nota explicativa nº 30).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4 Ativos financeiros não derivativos

A administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, que inclui os instrumentos classificados como "mantidos para negociação" ou "designados a valor justo no momento do reconhecimento inicial" ou ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração subsequente de ativos financeiros é feita de acordo com sua classificação em uma das duas categorias.

A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia, assim como as categorias, de acordo com suas naturezas e finalidades:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata (cujo resgate pode ser realizado em um período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitos a risco de mudança relevante de valor).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Os equivalentes de caixa são classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", sendo mensurados, após o reconhecimento inicial, ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Quaisquer perdas ou ganhos são reconhecidos no resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, das quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis", inicialmente reconhecidas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 6).

A provisão para perdas ao valor de realização é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável (nota explicativa nº 6).

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar a sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita ou despesa é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros que não são caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.5 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 1,83% a.m. (1,9% a.m. em 2012) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. (1,0% a.m. em 2012). Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

3.6 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa liquidados e relacionados aos pedidos de compras de mercadorias importadas.

3.7 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritos na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e cujos valores possam ser estimados com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.10 Passivos financeiros não derivativos

Instrumentos de dívida são classificados de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições do passivo financeiro.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos das contas de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os saldos dessas contas são classificados na categoria "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Financiamentos das importações

A Companhia aplica a contabilidade de *fair value option* (passivo mensurado a valor justo por meio do resultado) nas suas operações de financiamento de importações (nota explicativa nº 16). Para proteção do risco cambial associado a estas operações, podem ser utilizadas compras de opções *call* de dólar e contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). O saldo de financiamentos das importações (FINIMP) é mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no custo.

As variações no valor justo dos derivativos de NDF ("*Non-Deliverable Forward*") e opções "*Call*", designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*), são registradas na demonstração do resultado, respectivamente, como custo e resultado financeiro.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 17). O contas a pagar de fornecedores é classificado na categoria "outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente em cada uma das empresas da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.12 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia aprovou um plano de outorga de opções de compra de ações, visando o alinhamento de objetivos da companhia com os dos beneficiários, conforme a seguir descrito:

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e empregados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "*vesting period*". A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento do pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, resultado operacional, cartões ativados, entre outras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

3.13 Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.14 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente remensurados a valor justo no encerramento do exercício. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O passivo a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 23. As movimentações nos valores de *hedge* de fluxo de caixa estão apresentadas nas "Demonstrações dos resultados abrangentes". O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras a termo de moeda ("Non-Deliverable Forward").

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado.

3.15 Operações com arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais (nota explicativa nº 34).

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro sempre que os termos do contrato transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Para contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, um ativo imobilizado/intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação/amortização durante a vida útil econômica do ativo (notas explicativas nº 11 e nº 14) ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**3.16 Estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativa nº 18), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 6 e nº 17), determinação do valor justo das opções de compra de ações (nota explicativa nº 27), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 23), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 11), e avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (nota explicativa nº 12).

A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora a legislação que sustentou originalmente a concessão dos incentivos à Companhia já tenha sido revogada, o que praticamente elimina o risco de ser proferida decisão STF sobre o Programa Pró-Emprego, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

A Companhia realizou um diagnóstico das disposições contidas na MP 627 e na IN 1397. No estudo, foram avaliadas as disposições introduzidas, bem como avaliadas as providências para cada disposição à qual a Companhia estará sujeita. Importante destacar que as disposições contidas na MP 627 são vigentes a partir de 2015, salvo no caso de opção antecipada. A opção antecipada elimina alguns riscos de contingências fiscais, em especial no que tange à dedutibilidade dos Juros Sobre o Capital Próprio e à isenção de Imposto Sobre a Renda sobre Dividendos, ambos pagos com base no lucro societário, em detrimento do lucro fiscal. A Companhia mensurou os potenciais efeitos da não opção antecipada e entende que os mesmos não são significativos. Dado a inexistência de regulamentação até o presente momento, a Companhia aguardará a conversão em lei da MP 627 para definir seu posicionamento.

3.17 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas**Controladas e princípios de consolidação**

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

Em 31 de dezembro de 2013 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

Empresas	País sede	31/12/2013		31/12/2012	
		% Participação direto	% Participação indireto	% Participação direto	% Participação indireto
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	99,999%	0,001%	99,999%	0,001%
(*) Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	99,99%	0,01%	-	-

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

(*) Em 2013, a Companhia constituiu capital na empresa Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (detentora da marca "Youcom") através de aumento de capital. A Companhia possui participação direta no capital da Youcom.

3.18 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Controladora.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme os IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

Seguem as novas normas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

4.1 Normas, interpretações e revisões de normas vigentes

- IAS 19 - Benefícios a Empregados - Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem a impossibilidade da utilização do "método corredor". Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude de não possuir plano de previdência privada.

- IAS 28 - Negócios em conjunto (*Investments in Associates and Joint Venture*) - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em negócios em conjunto e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, em virtude de não apresentar operações em negócio conjunto.

- IFRS 7 - Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos e avaliação dos efeitos desta. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 11 - "Negócios em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, considerando a sua atual estrutura de consolidação.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia (vide notas explicativas nº 3.17 e nº 10).

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

4.2 Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (*Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IAS 32*). Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto das alterações na norma IAS 32.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma IFRS 9.

- IFRIC 21 – "Taxas", emitido em maio de 2013. Essa interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Essa interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma IFRIC 21.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha suas aplicações financeiras com as seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A e Banco Itaú BBA S.A., conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	56.849	51.143	64.436	53.856
CDB (a)	299.276	211.002	301.723	211.002
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	421.318	287.683	423.383	312.245
Aplicações financeiras LFTN – FIDC	-	-	-	31.268
Aplicações financeiras LFT Over – FIDC	-	-	-	58.824
Aplicações FIDC curto prazo	-	16.982	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (c)	114	101	114	101
CDB (d)	11.529	15.083	11.936	15.974
Total	789.086	581.994	801.592	683.270

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,93% na Controladora e no Consolidado (100,8% em 31 de dezembro de 2012 na Controladora e Consolidado).

(b) Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,36% na Controladora e no Consolidado (101,4% na Controladora e 100,4% no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).

(c) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentou rendimento anual médio de 48,29% do CDI na Controladora e no Consolidado (41,8% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2012) sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração.

(d) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas (Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 20% da variação do CDI (20% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.1.1.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**6 Contas a receber de clientes****Cartão de crédito Renner****A vencer**

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer de 1 a 30 dias	175.781	156.869
A vencer de 31 a 60 dias	225.465	197.807
A vencer de 61 a 90 dias	181.300	158.118
A vencer de 91 a 120 dias	136.431	119.405
A vencer de 121 a 150 dias	108.243	93.422
A vencer de 151 a 180 dias	66.052	57.032
A vencer acima de 180 dias	68.933	63.350

Vencidos

Vencidos de 1 a 30 dias	46.605	41.090
Vencidos de 31 a 60 dias	19.742	17.092
Vencidos de 61 a 90 dias	15.479	13.751
Vencidos de 91 a 180 dias	44.915	39.252

1.088.946	957.188
------------------	----------------

Menos:

Ajuste a valor presente	(27.166)	(24.608)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(55.832)	(52.071)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	-	(430.185)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	-	(36.539)
Posições com saldo credor	(933)	(558)

Total cartão de crédito Renner

1.005.015	413.227
------------------	----------------

Administradoras de cartões de terceiros

A vencer de 1 a 30 dias	139.185	137.075
A vencer de 31 a 60 dias	77.337	62.157
A vencer acima de 60 dias	41.697	34.489
Ajuste a valor presente cartões de Terceiros	(14.444)	(13.388)

Total administradoras de cartões de terceiros

243.775	220.333
----------------	----------------

Empréstimo pessoal

Comissões e operações a receber	36.228	29.915
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(22.889)	(18.517)

Total empréstimo pessoal

13.339	11.398
---------------	---------------

Outras contas a receber

6.241	3.442
-------	-------

Total Controladora

1.268.370	648.400
------------------	----------------

Administradoras de cartões de terceiros - Camicado

A vencer de 1 a 30 dias	14.616	13.207
A vencer de 31 a 60 dias	7.635	5.756
A vencer acima de 60 dias	10.875	8.529

Total administradoras de cartões de terceiros - Camicado

33.126	27.492
---------------	---------------

Empréstimo pessoal – RACC

Comissões e operações a receber	106.220	90.811
---------------------------------	---------	--------

Total empréstimo pessoal – RACC

106.220	90.811
----------------	---------------

Cartão bandeira – RACC

A Vencer	149.517	70.405
Vencidos	25.790	20.308
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(6.170)	(5.242)
Valores a Repassar Lojas Renner S.A.	(6.186)	(3.060)

Total cartão bandeira – RACC

162.951	82.411
----------------	---------------

Outras contas a receber

Contas a receber – FIDC Lojas Renner	-	430.185
Outras	1.776	399

Total outras contas a receber

1.776	430.584
--------------	----------------

Total Consolidado

1.572.443	1.279.698
------------------	------------------

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Provisão para Perdas Contas a Receber

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Saldos em 01/01/2012	(-) Provisões/ (+) Reversões	Baixas	Saldos em 31/12/2012	(-) Provisões/ (+) Reversões	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(47.283)	(142.559)	137.771	(52.071)	(151.661)	147.900	(55.832)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.718)	(32.317)	31.518	(18.517)	(34.836)	30.464	(22.889)
Total Controladora	(65.001)	(174.876)	169.289	(70.588)	(186.497)	178.364	(78.721)
Provisão para perdas em crédito – Cartão Bandeira	(1.290)	(17.440)	13.488	(5.242)	(32.677)	31.749	(6.170)
Total Consolidado	(66.291)	(192.316)	182.777	(75.830)	(219.174)	210.113	(84.891)

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.5), e é reduzido por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.4).

Os Processos e políticas de crédito em todo ciclo, da iniciação à recuperação, proporcionam segurança na originação e gestão do crédito concedido, gerando baixos índices de perda. No Consolidado, a Companhia possui provisões para riscos de crédito para todos os clientes com créditos vencidos, de acordo com o histórico de perdas em cada faixa de atraso, no montante total de R\$ 84.891, que correspondem a aproximadamente 48,1% do montante total de créditos vencidos. A Companhia, com base no histórico de recuperação das carteiras, nos processos de crédito e cobrança e análise dos indicadores de inadimplência, entende que os restantes 51,9% para os quais não há provisão constituída, serão recebidos no curso normal das operações.

A exposição da Companhia ao risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 23.1.2.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner encerrou as operações em 05 de dezembro de 2013.

A estrutura do patrimônio do FIDC Lojas Renner em 05 de dezembro de 2013, era subdividida em: 3,5 mil quotas "sênior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 358.929, representativas de 66,96% (R\$ 351.869, representativas de 67,82% em 31 de dezembro de 2012) do patrimônio do FIDC Lojas Renner; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 177.072. Em 31 de dezembro de 2013, por conta do encerramento do FIDC Lojas Renner, não constam mais saldos em aberto relativo à suas operações, tanto na Controladora como no Consolidado.

O conselho de administração da Lojas Renner S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 11 de novembro de 2013, aprovou a cessão de direitos de crédito de titularidade da Companhia e da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC") a fundo de investimento em direitos creditórios a ser constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Fundo"). Os direitos de crédito que serão cedidos pela Companhia e pela RACC ao Fundo correspondem a parcelas de concessão de crédito para a venda a prazo aos clientes do Cartão Renner. A decisão do Conselho de Administração tem por objetivo dar continuidade à cessão de créditos realizada por ocasião do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mercadorias para revenda	392.544	361.452	442.577	399.804
Ajuste a valor presente	(9.787)	(9.520)	(9.787)	(9.520)
Provisão para perdas	(14.379)	(10.984)	(15.240)	(12.615)
Mercadorias para revenda, líquido	368.378	340.948	417.550	377.669
Importações em andamento	79.131	69.368	83.769	69.911
Adiantamento a fornecedores	616	-	616	-
Materiais auxiliares e almoxarifado	4.122	5.804	5.055	6.431
Total	452.247	416.120	506.990	454.011

O custo das vendas de mercadorias reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.738.359 (R\$ 1.525.556 em 31 de dezembro de 2012) na Controladora e R\$ 1.850.807 (R\$ 1.616.412 em 31 de dezembro de 2012) no Consolidado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	(16.534)	(17.218)
(+) Provisão para Perdas	(17.593)	(18.584)
(-) Perda Efetiva	23.143	23.187
Saldo em 31/12/2012	(10.984)	(12.615)
(+) Provisão para Perdas	(38.927)	(38.660)
(-) Perda Efetiva	35.532	36.035
Saldo em 31/12/2013	(14.379)	(15.240)

9 Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar**9.1 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo não circulante são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

Abaixo demonstramos a movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Controladora							
	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Reclassificado dos outros resultados abrangentes para o resultado corrente	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013
IR/CS diferidos com relação a:								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.100	1.900	-	-	24.000	2.765	-	26.765
Ajuste a valor presente	15.737	(284)	-	-	15.453	1.235	-	16.688
Provisão para riscos tributários	18.270	5.944	-	-	24.214	(15.124)	-	9.090
Provisão para riscos cív eis e trabalhistas	6.408	(108)	-	-	6.300	(391)	-	5.909
Provisão para perdas de estoque	5.622	(1.887)	-	-	3.735	1.154	-	4.889
Ajuste av aliação patrimonial - hedge	(1.103)	-	371	1.103	371	-	(2.848)	(2.477)
Outras Provisões	3.140	3.045	-	-	6.185	(2.746)	-	3.439
Total	70.174	8.610	371	1.103	80.258	(13.107)	(2.848)	64.303

	Consolidado							
	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Reclassificado dos outros resultados abrangentes para o resultado corrente	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013
IR/CS diferidos com relação a:								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.539	3.243	-	-	25.782	3.081	-	28.863
Ajuste a valor presente	15.737	(284)	-	-	15.453	1.235	-	16.688
Ágio na aquisição de participação societária	14.690	-	-	-	14.690	-	-	14.690
Mais valia de ativos	(13.382)	1.211	-	-	(12.171)	738	-	(11.433)
Provisão para riscos tributários	18.464	6.282	-	-	24.746	(14.945)	-	9.801
Provisão para riscos cív eis e trabalhistas	6.502	(124)	-	-	6.378	(430)	-	5.948
Provisão para perdas de estoque	5.854	(1.565)	-	-	4.289	893	-	5.182
Base negativa e prejuízo fiscal	3.842	4.111	-	-	7.953	6.394	-	14.347
Ajuste av aliação patrimonial - hedge	(1.103)	-	381	1.103	381	-	(2.863)	(2.482)
Outras Provisões	2.703	3.313	-	-	6.016	(2.695)	-	3.321
Total	75.846	16.187	381	1.103	93.517	(5.729)	(2.863)	84.925

9.1.1 Reclassificação benefício fiscal

Em 2013, a Administração da Companhia reavaliou a contabilização do benefício fiscal sobre o ágio gerado na aquisição da Camicado e decidiu por reclassificá-lo para a rubrica do intangível e reconhecê-lo à medida que o benefício fiscal seja utilizado. A reclassificação corresponde ao montante de R\$ 39.670 em 2012, em nada afetando o resultado deste exercício, assim como as principais posições patrimoniais: ativo circulante, ativo não circulante, ativo total, passivo e patrimônio líquido total.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Os efeitos dessa reclassificação estão demonstrados abaixo:

Reclassificação	31 de Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Original	Reclassificação	Saldo Reclassificado	Original	Reclassificação	Saldo Reclassificado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	133.187	(39.670)	93.517	115.516	(39.670)	75.846
Intangível	256.165	39.670	295.835	204.859	39.670	244.529
Total	389.352	-	389.352	320.375	-	320.375

9.2 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2014	56.923	59.372
2015	1.845	3.596
2016	1.845	5.098
2017	1.845	4.274
2018 em diante	1.845	12.585
Total	64.303	84.925

9.3 Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	587.292	511.963	582.714	508.820
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(199.679)	(174.067)	(198.123)	(172.999)
(Adições) exclusões permanentes				
Despesa com plano de opções	(4.467)	(5.483)	(4.467)	(5.483)
Resultado de participações societárias	(1.443)	(769)	-	-
Participação dos administradores	(1.400)	(1.459)	(1.400)	(1.459)
Juros sobre capital próprio	19.685	27.676	19.685	27.676
Incentivos fiscais (PAT)	3.054	3.000	3.054	3.000
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	1.527	1.267
Outras (adições) exclusões	4.338	(5.484)	4.366	(5.469)
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(179.888)	(156.562)	(175.310)	(153.419)
Corrente	(166.781)	(165.172)	(169.581)	(169.606)
Diferido	(13.107)	8.610	(5.729)	16.187

9.4 Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu R\$ 8.206 (R\$ 8.250 em 2012) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda, sendo R\$ 730 relativos ao Funcionário (R\$ 750 em 2012), R\$ 730 relativos ao Fundo do Idoso (R\$ 750 em 2012), R\$ 730 referentes a Lei do Esporte (R\$ 750 em 2012), R\$ 3.054 referentes ao Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) (R\$ 3.000 em 2012) e R\$ 2.962 referentes à Lei Rouanet (R\$ 3.000 em 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**9.5 Composição dos impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	30.859	5.756	31.553	5.966
PIS/COFINS	2.981	3.319	3.159	3.401
ICMS	27.662	33.513	33.039	38.143
Outros Impostos a recuperar	1.094	59	1.169	88
Provisão para perda	(546)	-	(546)	-
Ativo circulante	62.050	42.647	68.374	47.598
ICMS - Lei Compl 102	30.799	27.509	31.442	27.805
PIS/COFINS	138	651	139	651
Ativo não circulante	30.937	28.160	31.581	28.456

10 Investimentos**10.1 Movimentação dos investimentos em empresas controladas**

	Renner Adm. Cartões de Crédito	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio (Youcom) (i)	Renner Empreendimentos	Maxmix Comercial (Camicado)	Ágio s/ mais valia de ativos	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2012	20.866	12.903	-	148.269	-	1.540	63	183.641
Resultado de equivalência	5.321	4.960	-	(12.942)	398	-	-	(2.263)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	6	(27)	-	-	(21)
Aumento de capital	-	2.357	-	54.950	21.014	-	-	78.321
Dividendos / JSCP	-	(9.820)	-	-	-	-	-	(9.820)
Aumento de capital por incorporação	-	-	-	-	190.283	-	-	190.283
Baixa por incorporação	-	-	-	(190.283)	-	-	-	(190.283)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Saldo Inicial em 31/12/2012	26.187	10.400	-	-	211.668	1.491	63	249.809
Resultado de equivalência	3.413	5.966	(3.490)	-	(10.133)	-	-	(4.244)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	30	-	-	30
Integralização/Aumento de capital (i)	-	-	24.245	-	40.000	-	-	64.245
Dividendos / JSCP	-	(5.945)	-	-	-	-	-	(5.945)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Saldo Final em 31/12/2013	29.600	10.421	20.755	-	241.565	1.441	63	303.845
Total de Ativo	322.486	10.694	25.930	-	306.474	-	-	-
Total de Passivo	292.883	273	5.174	-	64.907	-	-	-
Patrimônio Líquido	29.603	10.421	20.756	-	241.567	-	-	-
Receita Líquida	80.940	6.932	4.649	-	192.783	-	-	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	3.412	5.966	(3.489)	-	(10.132)	-	-	-
Participação no capital total	99,99%	99,99%	99,99%	-	99,99%	-	-	-
Ações Ordinárias / Quantidade de quotas	7	9.562	27.000	-	278.545	-	-	-

- (i) Em 2013, a Companhia integralizou capital na sua controlada Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. detentora da marca ("Youcom") no montante de R\$ 24.245, sendo R\$ 10.000 em espécie e R\$ 14.245 através da transferência de imobilizado em R\$ 7.387, intangível R\$ 6.617 e impostos a recuperar em R\$ 241, conforme notas explicativas nº 9.5, nº 11.1 e nº 11.2. A "Youcom" iniciou as suas operações de varejo em julho de 2013.

10.2 Informações adicionais sobre as controladas**Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. – (Racc)**

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC) oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo. A RACC também opera com o cartão *co-branded* denominado Meu Cartão e oferece título de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com uma empresa de capitalização.

Dromegon Participações Ltda. – (Dromegon)

A Dromegon Participações Ltda. detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis para a Lojas Renner.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**Renner Empreendimentos Ltda. – (Remp)**

A Renner Empreendimentos Ltda. foi incorporada pela Maxmix Comercial (detentora da marca "Camicado") em 11 de dezembro de 2012.

Maxmix Comercial Ltda. – (Camicado)

A Maxmix Comercial Ltda. tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração.

Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. – (Youcom)

A Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. tem como objeto o comércio varejista especializado em diversas linhas de mercadorias organizadas em departamentos, como artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes.

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da Controladora e do Consolidado:

11.1 Imobilizado

Custo	Controladora												
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf Integr. Dromegon	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf.Integ. Fashion Business	Baixas	Saldo em 31/12/13
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	-	287
Prédio	4.772	-	-	-	(4.772)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóv eis	-	-	31.000	-	-	-	31.000	-	-	-	-	-	31.000
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	844.689	209.306	-	68.276	-	(4.652)	1.117.619	121.185	-	146.493	(6.710)	(7.189)	1.371.398
Veículos	1.058	272	-	-	-	(151)	1.179	223	-	-	-	(274)	1.128
Computadores e Periféricos	86.546	11.108	-	3.272	-	(2.709)	98.217	11.314	929	3.548	(160)	(2.126)	111.722
Imobilizado em andamento	15.673	79.176	-	(71.548)	-	(29)	23.272	197.171	-	(150.041)	(517)	(1)	69.884
Total	953.025	299.862	31.000	-	(4.772)	(7.541)	1.271.574	329.893	929	-	(7.387)	(9.590)	1.585.419
Depreciação													
Prédio	(2.449)	34	-	-	2.415	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóv eis	-	(258)	-	-	-	-	(258)	(620)	-	-	-	-	(878)
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	(323.480)	(82.565)	-	-	-	3.582	(402.463)	(105.511)	-	-	-	5.095	(502.879)
Veículos	(462)	(203)	-	-	-	139	(526)	(212)	-	-	-	240	(498)
Computadores e Periféricos	(47.570)	(12.269)	-	-	-	2.641	(57.198)	(13.236)	-	-	-	1.945	(68.489)
Total	(373.961)	(95.261)	-	-	2.415	6.362	(460.445)	(119.579)	-	-	-	7.280	(572.744)
Saldo Líquido													
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	-	287
Prédio	2.323	34	-	-	(2.357)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóv eis	-	(258)	31.000	-	-	-	30.742	(620)	-	-	-	-	30.122
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	521.209	126.741	-	68.276	-	(1.070)	715.156	15.674	-	146.493	(6.710)	(2.094)	868.519
Veículos	596	69	-	-	-	(12)	653	11	-	-	-	(34)	630
Computadores e Periféricos	38.976	(1.161)	-	3.272	-	(68)	41.019	(1.922)	929	3.548	(160)	(181)	43.233
Imobilizado em andamento	15.673	79.176	-	(71.548)	-	(29)	23.272	197.171	-	(150.041)	(517)	(1)	69.884
Total	579.064	204.601	31.000	-	(2.357)	(1.179)	811.129	210.314	929	-	(7.387)	(2.310)	1.012.675

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

	Consolidado											
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf Integr. Dromegon	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Saldo em 31/12/13
Custo												
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Prédio	15.003	-	-	-	(2.415)	-	12.588	-	-	-	-	12.588
Imóv eis	-	-	31.000	-	-	-	31.000	-	-	-	-	31.000
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	863.464	212.831	-	80.081	-	(4.854)	1.151.522	122.518	-	154.503	(7.624)	1.420.919
Veículos	1.172	265	-	-	-	(190)	1.247	223	-	-	(342)	1.128
Computadores e Periféricos	88.958	11.651	-	3.005	-	(3.034)	100.580	11.478	929	3.861	(2.126)	114.722
Imobilizado em andamento	16.381	92.113	-	(83.086)	-	(29)	25.379	208.768	-	(158.364)	(3)	75.780
Total	985.265	316.860	31.000	-	(2.415)	(8.107)	1.322.603	342.987	929	-	(10.095)	1.656.424
Depreciação												
Prédio	(7.251)	(257)	-	-	2.415	-	(5.093)	(257)	-	-	-	(5.350)
Imóv eis	-	(258)	-	-	-	-	(258)	(620)	-	-	-	(878)
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	(328.607)	(86.716)	-	(570)	-	3.783	(412.110)	(109.268)	-	-	5.097	(516.281)
Veículos	(508)	(215)	-	-	-	178	(545)	(219)	-	-	266	(498)
Computadores e Periféricos	(49.418)	(12.511)	-	570	-	2.966	(58.393)	(13.621)	-	-	1.945	(70.069)
Total	(385.784)	(99.957)	-	-	2.415	6.927	(476.399)	(123.985)	-	-	7.308	(593.076)
Saldo Líquido												
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Prédio	7.752	(257)	-	-	-	-	7.495	(257)	-	-	-	7.238
Imóv eis	-	(258)	31.000	-	-	-	30.742	(620)	-	-	-	30.122
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	534.857	126.115	-	79.511	-	(1.071)	739.412	13.250	-	154.503	(2.527)	904.638
Veículos	664	50	-	-	-	(12)	702	4	-	-	(76)	630
Computadores e Periféricos	39.540	(860)	-	3.575	-	(68)	42.187	(2.143)	929	3.861	(181)	44.653
Imobilizado em andamento	16.381	92.113	-	(83.086)	-	(29)	25.379	208.768	-	(158.364)	(3)	75.780
Total	599.481	216.903	31.000	-	-	(1.180)	846.204	219.002	929	-	(2.787)	1.063.348

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado ao ano:

	Controladora e Consolidado
Prédios	3%
Móv eis, instalações e benfeitorias	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

A Companhia efetuou testes de revisão anual do valor contábil dos seus ativos, e não identificou necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

11.2 Intangível

	Controladora									
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf. Integr.Fashion Business	Baixas	Saldo em 31/12/13
Custo										
Sistemas de Informática	156.992	59.155	18.878	(29)	234.996	55.846	709	(7)	(84)	291.460
Direito de utilização de imóv eis	43.956	2.510	-	-	46.466	7.620	-	(6.610)	(153)	47.323
Marcas e Patentes	228	-	-	-	228	-	-	-	-	228
Total	201.176	61.665	18.878	(29)	281.690	63.466	709	(6.617)	(237)	339.011
Amortização										
Sistemas de Informática	(81.308)	(28.583)	-	19	(109.872)	(37.691)	-	-	63	(147.500)
Direito de utilização de imóv eis	(29.103)	(1.861)	-	-	(30.964)	(2.223)	-	-	151	(33.036)
Marcas e Patentes	(63)	(20)	-	-	(83)	-	-	-	-	(83)
Total	(110.474)	(30.464)	-	19	(140.919)	(39.914)	-	-	214	(180.619)
Saldo Líquido										
Sistemas de Informática	75.684	30.572	18.878	(10)	125.124	18.155	709	(7)	(21)	143.960
Direito de utilização de imóv eis	14.853	649	-	-	15.502	5.397	-	(6.610)	(2)	14.287
Marcas e Patentes	165	(20)	-	-	145	-	-	-	-	145
Total	90.702	31.201	18.878	(10)	140.771	23.552	709	(6.617)	(23)	158.392

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Saldo em 01/01/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/12	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/13
Custo									
Sistemas de Informática	164.704	62.571	18.878	(29)	246.124	59.610	709	(84)	306.359
Direito de utilização de imóveis	43.956	2.860	-	-	46.816	9.469	-	(153)	56.132
Marcas e Patentes	28.301	-	-	-	28.301	55	-	-	28.356
Intangível Outros	3.500	-	-	-	3.500	-	-	-	3.500
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	357.140	65.431	18.878	(29)	441.420	69.134	709	(237)	511.026
Amortização									
Sistemas de Informática	(82.978)	(30.411)	-	18	(113.371)	(40.178)	-	63	(153.486)
Direito de utilização de imóveis	(29.103)	(1.861)	-	-	(30.964)	(2.516)	-	151	(33.329)
Marcas e Patentes	(63)	(20)	-	-	(83)	-	-	-	(83)
Intangível Outros	(467)	(700)	-	-	(1.167)	(758)	-	-	(1.925)
Total	(112.611)	(32.992)	-	18	(145.585)	(43.452)	-	214	(188.823)
Saldo Líquido									
Sistemas de Informática	81.726	32.160	18.878	(11)	132.753	19.432	709	(21)	152.873
Direito de utilização de imóveis	14.853	999	-	-	15.852	6.953	-	(2)	22.803
Marcas e Patentes	28.238	(20)	-	-	28.218	55	-	-	28.273
Intangível Outros	3.033	(700)	-	-	2.333	(758)	-	-	1.575
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	244.529	32.439	18.878	(11)	295.835	25.682	709	(23)	322.203

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível ao ano:

	Controladora e Consolidado
Sistemas de informática	20%
Direito de utilização de imóveis	10%

12 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e a marca adquiridos por meio de combinações de negócios (maiores detalhes vide nota explicativa nº 11) foram alocados na unidade geradora de caixa Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado").

O valor contábil do ágio e da marca alocados na unidade geradora de caixa da Camicado é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2012).

A Administração da Companhia realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2013, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.8. Para essa análise a Administração da Companhia considerou a Camicado como sendo uma Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetada de 2014 a 2023 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas.
- Custos e despesas: projetados no mesmo período das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora.
- Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, o qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 12,6% a.a (12,6% a.a em 31 de dezembro de 2012).
- Taxa de Crescimento: a perpetuidade foi calculada considerando as margens brutas, níveis de capital de giro e investimentos (plano de abertura de novas lojas). A taxa de crescimento considerada foi de 5% a.a (5% a.a em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2013, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "*impairment*", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo e uma redução de 0,4% na taxa de desconto, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam negativa e positivamente, em R\$ 25.012 e R\$ 27.943 (R\$ 26.850 e R\$ 29.929 em 31 de dezembro de 2012). E considerando um acréscimo e uma redução de 0,5% na taxa de crescimento, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam positiva e negativamente em R\$ 20.210 e R\$ 17.716 (R\$ 21.014 e R\$ 18.420 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**13 Empréstimos, financiamentos e debêntures****13.1 Abertura dos saldos contábeis por modalidade****Passivo circulante**

Modalidade	Encargos anuais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional					
Banco do Nordeste - (a)	8,5% a.a	12.174	12.209	12.174	12.209
Capital de giro - conta garantida	111% do CDI	-	-	-	77
Debêntures	vide nota nº 13.2	32.440	23.652	32.440	23.652
Total Circulante		44.614	35.861	44.614	35.938

Passivo não circulante

Modalidade	Encargos anuais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional					
Banco do Nordeste - (a)	8,5% a.a	-	12.138	-	12.138
Debêntures	vide nota nº 13.2	1.019.199	600.000	1.019.199	600.000
Custos de estruturação de debêntures	-	(3.510)	(3.378)	(3.510)	(3.378)
Total Não Circulante		1.015.689	608.760	1.015.689	608.760

- (a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 31 de dezembro de 2013, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010.

13.2 Debêntures

Tipo de Emissão	Valor de emissão	Em circulação	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Preço Unit.	Circulante		Não Circulante	
							31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
4ª Emissão - 1ª série	215.100	21.510	15/07/2011	2015 - 2016	CDI + 1,1% a.a	10	10.042	8.181	215.100	215.100
4ª Emissão - 2ª série	84.900	8.490	15/07/2011	2015 - 2017	IPCA + 7,8% a.a	10	3.500	9.969	96.953	84.900
5ª Emissão - 1ª série	220.000	22.000	15/06/2012	2016 - 2018	CDI + 0,97% a.a	10	900	599	220.000	220.000
5ª Emissão - 2ª série	80.000	8.000	15/06/2012	2017 - 2019	IPCA + 5,7% a.a	10	2.706	4.903	87.146	80.000
6ª Emissão - 1ª série	400.000	40.000	01/08/2013	2017 - 2018	CDI + 0,85% a.a	10	15.292	-	400.000	-
Custos de estruturação	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.510)	(3.378)
Total							32.440	23.652	1.015.689	596.622

As cláusulas contratuais estão demonstradas na nota explicativa nº 23.1.3.

13.3 Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela do longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures está demonstrado abaixo:

Período	Controladora	Consolidado
2015	139.364	139.364
2016	212.343	212.343
2017	333.635	333.635
2018	301.438	301.438
2019 em diante	28.909	28.909
Total	1.015.689	1.015.689

14 Financiamentos – arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 24 meses e taxa média ponderada de 9,96% a.a. (18,16% a.a. em 2012). As licenças poderão ser adquiridos ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2013, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	10.242	10.216
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.631	15.506
Mais de cinco anos	138.903	133.318
	158.776	159.040
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(120.426)	(115.710)
Valor presente dos pagamentos mínimos	38.350	43.330

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, líquido de depreciação/amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 50.381 (R\$ 49.619 em 31 de dezembro de 2012).

15 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha financiamentos destinados a operação de serviços financeiros (produtos financeiros) com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Alfa S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú Unibanco S.A..

Passivo circulante

	Encargos mensais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Financiamentos – Vendas Financiadas (a)	6,9% a.m	328.345	58.034	329.295	58.643
Financiamentos – Vendas Financiadas	4,9% a.m	-	7.946	-	7.946
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	9,54% a.m	-	-	102.200	84.673
Financiamento Clientes conta garantida (c)	15,9% a.m a 16,7% a.m	5.635	1.964	58.887	34.355
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	17,7% a.m	116.678	13.221	116.678	13.221
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner	-	-	-	-	1.869
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner	-	-	-	-	350.000
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner	-	-	-	-	(3.042)
Total		450.658	81.165	607.060	547.665

- (a) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão"). A Companhia possui coobrigação de pagamento dos encargos.
- (b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC. A Companhia é garantidora das operações.
- (c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso, saque e refinanciamento do Meu Cartão, e também, para financiar a carteira em atraso dos produtos da loja virtual, divisão beleza e da Camicado.
- (d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

16 Financiamentos de importações

A Companhia tem realizado financiamento de parte de suas importações (FINIMP) junto a instituições financeiras no Brasil (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco HSBC S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e atualizados com juros médios "all in" de 1,4371 % a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de 180 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2013 de financiamento de importações (FINIMP) é de R\$ 72.808 na Controladora e R\$ 76.732 no Consolidado (R\$ 79.176 na Controladora e R\$ 79.714 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

17 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores comerciais	320.634	308.025	348.304	345.476
Ajuste a valor presente	(2.315)	(2.064)	(2.315)	(2.064)
Fornecedores uso e consumo	117.057	106.616	125.395	113.072
Total	435.376	412.577	471.384	456.484

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 175.615 (R\$ 172.684 em 31 de dezembro de 2012). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível.

A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios. O detalhamento dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2013 está demonstrado abaixo:

18.1 Provisões

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias					
ICMS - LC 102/2000	(a.1)	6.055	11.999	6.055	11.999
ICMS - fornecedores inidôneos	(a.2)	7.756	8.361	7.756	8.361
ICMS - devoluções	(a.3)	5.017	5.040	5.017	5.040
IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS	(a.4)	5.150	17.196	5.150	17.196
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	(a.5)	10.256	9.646	10.256	9.646
FAP/SAT	(a.6)	-	30.548	1.501	31.545
FGTS - LC 110/2001	(a.7)	-	2.991	-	2.991
Outras provisões	(a.8)	7.798	8.995	8.387	9.561
(-) Depósitos Judiciais	(a.9)	(10.349)	(19.447)	(11.850)	(20.445)
		31.683	75.329	32.272	75.894
Cíveis					
	(b)	13.145	12.341	13.175	12.436
Trabalhistas					
	(c)	4.235	6.188	4.318	6.323
TOTAL		49.063	93.858	49.765	94.653
Passivo Circulante		17.380	18.529	17.493	18.759
Passivo Não Circulante		31.683	75.329	32.272	75.894

Provisões tributárias

(a.1) ICMS – LC 102/2000 – Refere-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange ao crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e também ao crédito nas aquisições de ativo imobilizado. Um dos processos, em tramitação no Estado de São Paulo, cuja classificação era de perda provável, transitou em julgado com decisão definitiva desfavorável e os valores depositados judicialmente foram convertidos em renda para a Autoridade Tributária. Os demais processos encontram-se em andamento e não há previsão de desembolso de recursos, haja visto depósito judicial das importâncias em discussão.

(a.2) ICMS – Fornecedores inidôneos – Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.3) ICMS – Devoluções - Refere-se a autos de infração decorrentes da glosa de créditos de ICMS em face do entendimento da SEFAZ/RJ de que as notas fiscais de devolução de mercadorias emitidas pela Companhia não atendiam as formalidades acessórias. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

- (a.4) IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS – Refere-se a auto de infração que atribuiu à Companhia, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada Renner Administradora de Cartões de Crédito, tributada pelo lucro presumido. Em dezembro de 2013, o recurso voluntário apresentado pela Companhia no CARF foi provido, por maioria dos votos, logo, anulando a autuação. O processo aguarda publicação da decisão e eventual interposição de recurso pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- (a.5) IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 – Refere-se ao valor do benefício apurado pela Companhia, mas ainda não confirmado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A Companhia não tem previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.6) FAP/SAT – Na controladora, refere-se ao Mandado de Segurança que questiona o aumento da alíquota do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), de 1% para 3%, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Em março de 2013, a liminar que suspendia a exigibilidade da cobrança foi revertida. Desta forma, a Companhia optou por recolher os valores controvertidos da discussão e permanece discutindo o mérito da ação mediante recurso especial e extraordinário. O valor pago foi de R\$ 28.494 mil. No consolidado em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente corresponde a valores que foram depositados em juízo.
- (a.7) FGTS – LC 110/2001 – Refere-se à discussão do débito tributário originado da incidência de novas alíquotas de FGTS. O valor discutido na ação foi depositado em juízo. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia a não se sujeitar ao aumento das alíquotas no período de outubro a dezembro/2001. Os depósitos judiciais existentes em relação aos demais meses foram convertidos em renda da União.
- (a.8) Outras Provisões – Referem-se a diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, glosa de ajustes na base do lucro real, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos de acordo com os critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota.
- (a.9) Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 17.126 na Controladora e R\$ 18.743 no Consolidado (R\$ 26.363 e R\$ 27.466 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 10.349 na Controladora e R\$ 11.850 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.447 e R\$ 20.445 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.777 na Controladora e R\$ 6.893 no Consolidado (R\$ 6.915 e R\$ 7.021 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante.

Classificação das provisões tributárias

Abaixo, segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda avaliado pela administração da Companhia e dos seus assessores legais em 31 de dezembro de 2013:

Principais Matérias	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS - LC 102/2000	5.909	146	6.055	5.909	146	6.055
ICMS - fornecedores inidôneos	-	7.756	7.756	-	7.756	7.756
ICMS - devoluções	101	4.916	5.017	101	4.916	5.017
IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS	-	5.150	5.150	-	5.150	5.150
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	-	10.256	10.256	-	10.256	10.256
FAP/SAT	-	-	-	-	1.501	1.501
Outras Provisões	1.911	5.887	7.798	2.460	5.927	8.387
Total	7.921	34.111	42.032	8.470	35.652	44.122

Provisões cíveis

- (b) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Provisões trabalhistas

- (c) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

18.2 Passivos contingentes e ativos contingentes**Passivos contingentes**

Os principais passivos contingentes estão relacionados com as matérias tributárias mencionadas no quadro acima "Classificação das provisões tributárias", para as quais a Administração entende que a probabilidade de desembolso seja individualmente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

pequena (processos de probabilidade de perda possível), porém pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, principalmente por conta de custas processuais e honorários advocatícios.

Em 31 de janeiro de 2014, a Companhia recebeu auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual atribui base de incidência de contribuição previdenciária, a valores considerados pela Companhia como não tributáveis pela referida contribuição, bem como aplicou multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os referidos valores, totalizando R\$ 24.898 mil. A Companhia está impugnando administrativamente as exigências, dado que a probabilidade de perda, segundo seus assessores jurídicos, é considerada como possível.

Outros passivos contingentes

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como remoto no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos, bem como não há estimativa quanto a desembolso.

Ativos contingentes

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas diversas matérias de natureza tributária. A contingência ativa, que na opinião dos nossos assessores jurídicos possui probabilidade de ganho provável é relativa à discussão sobre a não incidência de INSS sobre as parcelas de natureza indenizatória. O valor estimado é de R\$ 29.597 em 31 de dezembro de 2013. O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

18.3 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 31 de dezembro de 2013, está demonstrada abaixo:

Natureza	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 01/01/13	(+/-) Adições Reversões	(+) Encargos	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 01/01/13	(+/-) Adições Reversões	(+) Encargos	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2013
Cíveis	12.341	804	-	-	13.145	12.437	738	-	-	13.175
Trabalhistas	6.188	(1.953)	-	-	4.235	6.322	(2.004)	-	-	4.318
Tributárias	94.776	(17.837)	3.757	(38.664)	42.032	96.339	(17.312)	3.759	(38.664)	44.122
(-) Depósitos judiciais	(19.447)	65	-	9.033	(10.349)	(20.445)	(438)	-	9.033	(11.850)
Total	93.858	(18.921)	3.757	(29.631)	49.063	94.653	(19.016)	3.759	(29.631)	49.765

19 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	50.368	2.771	55.871	7.583
Valores a repassar cartão bandeira (b)	19.285	9.396	114.251	57.972
Obrigações com clientes (c)	12.661	12.516	18.101	15.591
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (d)	11.570	6.831	12.128	7.166
Obrigações aos ex-controladores Camicado (e)	-	-	3.597	3.362
Outras obrigações (f)	21.507	20.482	9.558	13.002
Total de outras obrigações – passivo circulante	115.391	51.996	213.506	104.676

Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	1.981	3.340	2.406	5.109
Obrigações relacionadas às operações com seguros (d)	1.172	2.343	1.172	2.343
Obrigações com ex-controladores Camicado (e)	-	-	6.554	10.087
Total de outras obrigações – passivo não circulante	3.153	5.683	10.132	17.539

(a) Referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

- (b) Na Controladora, corresponde aos valores recebidos de faturas de clientes do "Meu Cartão", a serem repassados à Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. No Consolidado, correspondem a valores a repassar a lojistas nas transações realizadas pelos clientes com cartões emitidos pela Companhia (cartão bandeira – "Meu Cartão").
- (c) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (d) Adiantamentos relacionados às operações de seguros referentes a contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização.
- (e) Saldo a pagar aos ex-controladores da Maxmix Comercial Ltda.
- (f) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social	67.337	56.399	68.793	56.624
ICMS a recolher	106.743	120.208	108.717	121.013
Encargos sociais	13.808	22.937	14.802	24.059
PIS/COFINS	56.763	56.092	60.217	57.744
PAES	-	624	-	988
Outros tributos	15.128	5.630	17.171	7.720
Total passivo circulante	259.779	261.890	269.700	268.148
Outros	-	-	432	541
Total passivo não circulante	-	-	432	541

21 Patrimônio Líquido**21.1 Capital social**

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 18 de abril de 2013 foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a destinação de 50% do saldo da Reserva de Lucros para Investimento e Expansão para o Capital Social, no montante total de R\$ 225.263.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 719.735 (R\$ 461.595 em 31 de dezembro de 2012), representado por 125.894.865 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BM&FBovespa e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Demonstração da evolução do capital social

	Quant. de ações	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2012	122.821.065	421.683
Aumento de capital, RCA de 23.05, 15.08 e 21.11	1.349.000	39.912
Saldo em 31 de dezembro de 2012	124.170.065	461.595
Aumento de capital, RCA de 23.01, 18.04, 15.05 e 19.11	1.724.800	32.877
Aumento de capital por destinação de reserv a, AGO 18.04	-	225.263
Saldo em 31 de dezembro de 2013	125.894.865	719.735

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**21.2 Reservas de capital****Reservas de ágio**

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 102.742 (R\$ 89.603 em 31 de dezembro de 2012).

21.3 Reservas de lucros**Reserva para investimento e expansão**

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do estatuto social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 449.335 (R\$ 450.525 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, foi constituída reserva legal, no montante de R\$ 20.370, equivalente a 5% do lucro líquido apurado em 2013. O saldo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 39.952 (R\$ 19.582 em 31 de dezembro de 2012).

Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, cujo montante será submetido à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para aprovação. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 36.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos. O montante dos ajustes registrados representa um ganho líquido de impostos, no montante de R\$ 4.817 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ (741) de perda líquida de impostos em 31 de dezembro de 2012) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinada a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	407.404	355.401
Média ponderada de ações ordinárias	125.174	123.667
Lucro por ação básico	3,2547	2,8739
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	407.404	355.401
Média ponderada de ações ordinárias	125.174	123.667
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções	2.025	2.444
Lucro por ação diluído	3,2029	2,8182

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos****Visão geral**

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros); (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez e (iv) risco de capital; A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar os instrumentos financeiros derivativos para exposição do risco cambial ("hedge").

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

23.1 Gerenciamento de riscos**23.1.1 Riscos de mercado****Risco cambial**

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações de pedidos de compra via operações de hedge, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de compra, aos equipamentos de importação e ao saldo de financiamentos de importações (FINIMP) em 31 de dezembro de 2013:

		Consolidado			
		Nocional US\$	Cenário Provável US\$ 1 = R\$ 2,411 (*)	Cenário Possível 25% US\$ 1 = R\$ 3,014	Cenário Remoto 50% US\$ 1 = R\$ 3,617
Derivativos designados para hedge accounting					
Objeto de hedge	Pedidos emitidos	(119.994)	3.904	(65.464)	(134.881)
Instrumento de Hedge	NDF	119.994	(3.672)	65.773	135.217
Exposição Líquida Pedidos Importação		-	232	309	336
Exposição Custo de Importação	Custo estimado	(47.997)	(1.565)	(26.185)	(53.952)
	importação	(47.997)	(1.565)	(26.185)	(53.952)
Derivativos não designados para hedge accounting					
Objeto	Finimp	(32.535)	(92)	(19.276)	(38.460)
Instrumento	NDF	32.535	91	19.207	38.323
Exposição Líquida Finimp		-	(1)	(69)	(137)
Objeto	Equip.de Importação	(5.448)	12	(3.187)	(6.389)
Instrumento	NDF	5.448	(12)	3.190	6.391
Exposição Líquida Equipamentos de Importação		-	-	3	2
Exposição Custo de Importação	Custo estimado	(2.179)	(5)	(1.275)	(2.556)
	importação	(2.179)	(5)	(1.275)	(2.556)
Exposição Líquida Total / Efeito			(1.339)	(27.217)	(56.307)
Aumento (redução) no resultado, líquido do efeito dos impostos			(884)	(17.963)	(37.163)

(*) Para definição da cotação do dólar norte americano utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro *BM&FBovespa* para 31 de março de 2014. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente a estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de deterioração na cotação do dólar norte americano. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação e do financiamento das importações, correspondente a realização dos estoques.

Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata), financiamentos de operações de serviços financeiros e debêntures. As debêntures e os financiamentos de operações de serviços financeiros expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

atreladas ao CDI, a *Libor* e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI e IPCA em 25% ou 50% superiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI e o IPCA para a próxima divulgação (31 de março de 2014) de, respectivamente 9,84% a.a e 4,98% a.a. Estas estimativas tomam por base projeções do mercado futuro *BM&FBovespa*.

	Consolidado			
Instrumentos Financeiros	Saldo em 31/12/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Alta 25% - R\$	Cenário Remoto Alta 50% - R\$
Equiv alentes de caixa	737.156	17.471	21.839	26.207
Debêntures	(1.048.129)	(27.184)	(33.980)	(40.776)
Financiamentos Operações Serv iços Financeiros	(607.060)	(11.841)	(14.801)	(17.762)
(Redução)/Aumento no resultado	(918.033)	(21.554)	(26.942)	(32.331)
Impacto no resultado, líquido de impostos		(14.226)	(17.782)	(21.338)

23.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia refere-se, em suma, aos equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Equivalentes de caixa

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) só podem ser aplicados em instituições financeiras com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado, às quais possuem *rating* global e nacional classificados como "A-2" e "brA-1" em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (*rating* baseado na agência *Standards Poor's*). O saldo de equivalentes de caixa é de R\$ 732.237 na Controladora e de R\$ 737.156 no Consolidado (R\$ 530.851 na Controladora e R\$ 629.414 no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).

Contas a receber de clientes

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos de última geração, vinculados à área de risco e fraude na unidade de produtos financeiros e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito das carteiras mais representativas: CCR (*Private Label*) e cartões de terceiros, às quais representam 97,4% do saldo na Controladora e 81,3% no Consolidado. Segue a abertura da qualidade do crédito conforme análise de risco da carteira em 31 de dezembro de 2013:

Classificação da qualidade do crédito	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
Baixo - (a)	967.639	1.000.765
Médio baixo - (b)	273.786	273.786
Médio - (c)	65.230	65.230
Médio alto - (d)	7.786	7.786
Alto - (e)	32.724	32.724
Total	1.347.165	1.380.291

A classificação interna da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

- (a) Baixo – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso menor do que 15 dias, e recebíveis das administradores de cartões de crédito.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

- (b) Médio baixo – clientes com até seis meses de conta.
- (c) Médio – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso entre 15 e 29 dias.
- (d) Médio alto – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso entre 30 e 59 dias.
- (e) Alto – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso superior a 60 dias.

Os clientes das carteiras de empréstimo pessoal e Meu Cartão (Co-branded), são originados da carteira do CCR e portanto, apresetam nível de risco e qualidade de crédito similar à observada na carteira do "private label" e representam apenas 2,6% da carteira total na controladora e 18,7% no consolidado..

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo a pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito. No processo de gestão da recuperação dos créditos, a Companhia não realiza novação de dívida e, portanto, o *aging* registrado no contas a receber reflete as condições originais dos contratos.

Derivativos

Com base na política financeira da Companhia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos "NDF" somente é efetuada com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado (primeira linha de acordo com a nota de *rating*), às quais possuem *rating* global e nacional classificados como "A-2" e "brA-1" em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (*rating* baseado na agência *Standards Poor's*). O saldo dos derivativos é de R\$ 7.943 na Controladora e de R\$ 8.043 no Consolidado (R\$ 3.860 na Controladora e de R\$ 3.828 no Consolidado em 31 de dezembro de 2012).

23.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas ou encontrar dificuldades em atender as necessidades do fluxo de caixa devido.

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: precaução para momentos de incerteza na liquidez da economia, garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia, garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito, garantir a amortização e serviços de dívidas e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures, tendo a 4ª emissão emitida em 15 de julho de 2011, a 5ª emissão emitida em 15 de junho de 2012 e a 6ª emissão emitida em 1º de agosto de 2013. Abaixo a síntese dos índices financeiros (Covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

- 4ª emissão de debêntures de 15 de julho de 2011:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero).
- 5ª emissão de debêntures de 15 de junho de 2012:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).
- 6ª emissão de debêntures de 1º de agosto de 2013:
 - (iii) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (iv) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2013, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Controladora

	Saldo Contábil	Menos de 3 meses	A partir de 3 até 6 meses	A partir de 6 até 12 meses	A partir de 1 até 2 anos	A partir de 2 até 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013							
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	44.614	28.403	6.641	9.570	-	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	3.589	8	3.596	1.656	449	29.052
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	279.864	117.183	53.611	-	-	-
Financiamentos das importações	72.808	29.347	43.461	-	-	-	-
Fornecedores	435.376	435.376	-	-	-	-	-
Derivativos	235	205	30	-	-	-	-
Debêntures	1.015.689	-	-	-	139.364	847.416	28.909
Total	2.057.730	776.784	167.323	66.777	141.020	847.865	57.961
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	47.999	11.286	8.537	16.038	12.138	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	43.330	-	-	6.931	11.758	1.272	23.369
Financiamentos - operações serviços financeiros	81.165	44.642	20.595	15.928	-	-	-
Financiamentos das importações	79.176	77.836	1.340	-	-	-	-
Fornecedores	412.577	412.577	-	-	-	-	-
Derivativos	1.060	1.054	6	-	-	-	-
Debêntures	596.622	-	-	-	-	470.710	125.912
Total	1.261.929	547.395	30.478	38.897	23.896	471.982	149.281

Consolidado

	Saldo Contábil	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013							
Empréstimos e financiamentos	44.614	28.403	6.641	9.570	-	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	3.589	8	3.596	1.656	449	29.052
Financiamentos - operações serviços financeiros	607.060	332.920	199.911	74.229	-	-	-
Financiamentos das importações	76.732	30.418	45.215	1.099	-	-	-
Fornecedores	471.384	471.384	-	-	-	-	-
Derivativos	235	205	30	-	-	-	-
Debêntures	1.015.689	-	-	-	139.364	847.416	28.909
Total	2.254.064	866.919	251.805	88.494	141.020	847.865	57.961
Em 31 de dezembro de 2012							
Empréstimos e financiamentos	48.076	11.286	8.537	16.115	12.138	-	-
Financiamento arrendamento mercantil	43.330	-	-	6.931	11.758	1.272	23.369
Financiamentos - operações serviços financeiros	547.665	89.775	78.638	379.252	-	-	-
Financiamentos das importações	79.714	77.836	1.340	538	-	-	-
Fornecedores	456.484	456.484	-	-	-	-	-
Derivativos	1.073	1.054	6	13	-	-	-
Debêntures	596.622	-	-	-	-	470.710	125.912
Total	1.772.964	636.435	88.521	402.849	23.896	471.982	149.281

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAA+ na categoria escala nacional (Brasil).

23.1.4 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiro visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA/EBITDA) e sua estrutura de capital e em 31 de dezembro de 2013 apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	789.086	581.994	801.592	683.270
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	(44.614)	(35.861)	(44.614)	(35.938)
Não circulante	(1.015.689)	(608.760)	(1.015.689)	(608.760)
Endividamento líquido	(271.217)	(62.627)	(258.711)	38.572

É inerente ao negócio da Companhia a sazonalidade na geração de resultados, bem como nas posições patrimoniais oriundas da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente da geração de caixa advindo das suas atividades operacionais e dos recursos obtidos com a 6ª emissão de debêntures realizada no terceiro trimestre de 2013. O aumento do endividamento líquido está relacionado, principalmente, à alocação de recursos para investimentos no plano de expansão.

As posições de financiamentos atreladas à operação da atividade de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações e arrendamento mercantil são tratados como financiamentos operacionais e, portanto, são desconsideradas para fins de cálculo de endividamento / disponibilidades líquidas.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

23.2 Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia e suas controladas, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos				
Valor justo por meio do resultado (mantido para negociação)				
Derivativos	7.943	3.860	8.043	3.828
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	789.086	581.994	801.592	683.270
Contas a receber de clientes	1.268.370	648.400	1.572.443	1.279.698
FIDC Lojas Renner	-	150.000	-	-
Passivos				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	44.614	47.999	44.614	48.076
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	43.330	38.350	43.330
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	81.165	607.060	547.665
Fornecedores	435.376	412.577	471.384	456.484
Debêntures	1.015.689	596.622	1.015.689	596.622
Valor justo por meio do resultado				
Financiamentos das importações	72.808	79.176	76.732	79.714
Derivativos	235	1.060	235	1.073

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

A Companhia designa as operações de financiamento de importações (FNIMP), para a categoria valor justo por meio do resultado conforme apresentado no quadro acima. Esta designação ocorre no momento da contratação destas operações, uma vez que a Administração entende que esta tratativa é a que melhor representa suas posições contábeis para estas operações.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**23.3 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado****23.3.1 Valor justo****Valor justo versus valor contábil**

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	789.086	789.086	581.994	581.994	801.592	801.592	683.270	683.270
Contas a receber de clientes	1.268.370	1.268.370	648.400	648.400	1.572.443	1.572.443	1.279.698	1.279.698
FIDC - Lojas Renner	-	-	150.000	150.000	-	-	-	-
Derivativos	7.943	7.943	3.860	3.860	8.043	8.043	3.828	3.828
Total	2.065.399	2.065.399	1.384.254	1.384.254	2.382.078	2.382.078	1.966.796	1.966.796
Passivos								
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	37.621	43.330	52.738	38.350	37.621	43.330	52.738
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	450.658	81.165	81.165	607.060	607.060	547.665	547.665
Financiamentos das importações	72.808	72.808	79.176	79.176	76.732	76.732	79.714	79.714
Fornecedores	435.376	435.376	412.577	412.577	471.384	471.384	456.484	456.484
Derivativos	235	235	1.060	1.060	235	235	1.073	1.073
Debêntures, empréstimos e financiamentos	1.060.303	1.060.913	644.621	650.787	1.060.303	1.060.913	644.698	650.864
Total	2.057.730	2.057.611	1.261.929	1.277.503	2.254.064	2.253.945	1.772.964	1.788.538

Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de mesma natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, pelas operações de crédito do "Meu Cartão", bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

Financiamento arrendamento mercantil

Os arrendamentos financeiros são contratados a taxas de mercado e contabilizados considerando às variações de taxas no longo prazo.

Financiamento de operações de serviços financeiros

Às operações de financiamento de produtos financeiros, correspondem, na Controladora, aos valores de face de obrigações assumidas pelos clientes, dos quais a Companhia é garantidora, portanto, os valores contábeis correspondem aos valores de mercado.

Financiamento de importações

Os financiamentos de importações são designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*) no momento inicial.

Fornecedores

Os fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração, bem como, metodologias utilizadas pelo mercado e geralmente aceitas, conforme detalhado abaixo:

- **Termo de moeda (NDF)** – O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de NDFs, consistiu no cálculo do diferencial entre o valor contratado e a referência de mercado ajustados a valor presente, considerando informações obtidas junto a *BM&FBovespa*.

- **Opções** - O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de opções, consistiu no cálculo efetuado por meio da calculadora de *Black&Scholles* com base em informações obtidas junto a *Bloomberg*.

Debêntures, empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos em geral são contratadas à padrões de mercado e portanto, os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado para operações de prazo, origem e riscos semelhantes. Para operações de empréstimos de longo prazo (debêntures), embora contratadas a taxas similares às de mercado, considerando a relevância dos montantes e o impacto nas variações de taxas no longo prazo, foram calculadas e demonstradas as diferenças resultantes entre o valor justo e o valor contábil.

23.4 Hierarquia do Valor Justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 1 e 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme CPC 40:

- **Nível 1** - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- **Nível 2** - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos financeiros avaliados a valor justo estão classificados na hierarquia do valor justo, conforme quadro abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013	Nível 2	31/12/2012	Nível 2	31/12/2013	Nível 2	31/12/2012	Nível 2
Ativos								
Derivativos	7.943	7.943	3.860	3.860	8.043	8.043	3.828	3.828
Total	7.943	7.943	3.860	3.860	8.043	8.043	3.828	3.828
Passivos								
Financiamentos das importações	72.808	72.808	79.176	79.176	76.732	76.732	79.714	79.714
Derivativos	235	235	1.060	1.060	235	235	1.073	1.073
Total	73.043	73.043	80.236	80.236	76.967	76.967	80.787	80.787

23.5 Perdas por redução no valor recuperável

Demonstramos na nota explicativa nº 6 (contas a receber) a composição da provisão para perdas de créditos, de acordo com a avaliação de recuperabilidade da Administração.

23.6 Garantias

A Companhia demonstra na nota explicativa nº 29 – Ônus, garantias e responsabilidades.

23.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, somente para proteção de risco cambial assumido em pedidos de importações e financiamentos de importações, conforme descrito na nota explicativa nº 3.14.

A Companhia tem utilizado como instrumento de *hedge* para sua exposição às variações de preços de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Conforme apresentado na tabela de exposição líquida e análise de sensibilidade de operações sujeitas à variação cambial no item de "Risco Cambial" (nota explicativa nº 23.1), as informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2013 estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

23.7.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

A composição dos derivativos designados para contabilização de *hedge* de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda (*Non-Deliverable Forward*) e o seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa de pedidos de importações, conforme, demonstrado abaixo:

NDF (Non-Deliverable Forward)

				Controladora e Consolidado	
Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	47.225	4.615	Pedido de Importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	28.913	1.962	Pedido de Importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
De 01/07/2014 a 30/09/2014	NDF	31.290	551	Pedido de Importações	De 01/07/2014 a 30/09/2014
De 01/10/2014 a 31/12/2014	NDF	12.255	157	Pedido de Importações	De 01/10/2014 a 31/12/2014
Total Controladora		119.683	7.285		
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	238	9	Pedido de Importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	73	5	Pedido de Importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
Total Consolidado		119.994	7.299		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (*Non-Deliverable Forward*) foram efetivas.

23.7.2 Derivativos não designados para *hedge accounting*

Os derivativos não designados para *hedge accounting* correspondem contratos de compra a termo de moeda do tipo NDF (*Non-Deliverable Forward*), destinados a minimizar o reflexo de variações cambiais decorrentes do financiamento de importações (FINIMP) e das aquisições de equipamentos destinados ao Centro de Distribuição de Santa Catarina.

NDF (Non-Deliverable Forward) – FINIMP

				Controladora e Consolidado	
Instrumento				Objeto	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	12.435	299	Financiamento de importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	18.453	359	Financiamento de importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
Total Controladora		30.888	658		
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	449	64	Financiamento de importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	743	24	Financiamento de importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
De 01/07/2014 a 30/09/2014	NDF	398	(5)	Financiamento de importações	De 01/07/2014 a 30/09/2014
De 01/10/2014 a 31/12/2014	NDF	57	3	Financiamento de importações	De 01/10/2014 a 31/12/2014
Total Consolidado		32.535	744		

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

NDF (Non-Deliverable Forward)

				Controladora	
Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2014 a 31/03/2014	NDF	3.105	(207)	Equip.de Importações	De 01/01/2014 a 31/03/2014
De 01/04/2014 a 30/06/2014	NDF	2.343	(28)	Equip.de Importações	De 01/04/2014 a 30/06/2014
Total		5.448	(235)		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&F.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência, o dólar esperado para a próxima divulgação (31 de março de 2014) de R\$ 2,4114:

	1T14	2T14	3T14	4T14	Total
FOB Pedidos de importação de mercadoria de revenda (a)	114.453	69.895	75.458	29.547	289.353
FOB Pedidos de máquinas e equipamentos (b)	7.480	5.657	-	-	13.137
Valor Nocional R\$ mil	121.933	75.552	75.458	29.547	302.490
Valor Nocional US\$ mil	50.565	31.331	31.292	12.253	125.442

(a) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente no custo dos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações.

(b) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importação de ativo imobilizado são inicialmente registrados no custo do ativo imobilizado e posteriormente, reconhecidos no resultado conforme depreciação do ativo, em linha com a vida útil dos equipamentos importados, no prazo de até 10 anos.

24 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

24.1 Contexto Consolidado**Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 7.503 (R\$ 6.931 em 31 de dezembro de 2012), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 31).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2013 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2013.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui plano de opções de compra de ações, onde os administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano (nota explicativa nº 27). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 5.324 (R\$ 6.715 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 34, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

24.2 Contexto Controladora

Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 175 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 60 ao mês, e o valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 54 ao mês. Os referidos contratos tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos e intermediação de venda de títulos de capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A RACC também opera com cartão co-branded denominado Meu Cartão, oferece título de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A.. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

Utilização do Cartão Renner na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner a utilização em compras na Camicado.

24.3 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como os valores das transações registrados no resultado do exercício relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

Saldos e transações com empresas ligadas

	Controladas						
	Dromegon		RACC		Camicado		Youcom(*)
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Operações financeiras							
Conta corrente - ativo	-	-	2.893	1.314	311	13	57
Conta corrente - passivo	-	-	(6.833)	(2.662)	(14)	-	-
	-	-	(3.940)	(1.348)	297	13	57
Operações comerciais							
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	32	-
Aluguéis a pagar	(4.888)	(4.649)	-	-	-	-	-
Valores a repassar - "Meu Cartão"	-	-	(19.285)	(9.396)	-	-	-
Valores a repassar - "CCR"	-	-	6.186	-	(6.157)	(5.065)	-
Contas a receber (a pagar)	(4.888)	(4.649)	(17.039)	(10.744)	(5.860)	(5.020)	57
Transações de Aluguéis							
Despesas com aluguéis, líquida de impostos	6.932	6.060	-	-	-	-	-

(*) A Youcom iniciou as suas operações em julho de 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**25 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Responsabilidade Civil e D&O	104.001	114.000
Patrimônio e Estoque	2.205.537	1.462.940
Veículos	23.684	33.890

26 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

27 Plano de opção de compra de ações

O Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009, é supervisionado pelo Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e composto por membros independentes do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra objeto do Plano.

Principais características do plano de opção de compra de ações

Os programas preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (vesting) total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador Total Shareholder Return (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, existiam 3.034 mil opções (4.486 mil em 31 de dezembro de 2012), representando, no total, aproximadamente 2,41% das 125.895 mil ações emitidas pela Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**27.1 Resumo da movimentação do plano de opção de compra de ações**

Plano de Opções	Data da Outorga	Valor de Exercício	Quantidade de ações - Controladora e Consolidado								
			Saldo Inicial 01/01/12	(-) Exercidas	(-) Canceladas	(+) Outorgadas	Saldo Final 31/12/12	(-) Exercidas	(-) Canceladas	(+) Outorgadas	Saldo Final 31/12/13
2º outorga	01/06/2006	28,58	111	(111)	-	-	-	-	-	-	-
3º outorga A	30/04/2007	29,01	161	(161)	-	-	-	-	-	-	-
3º outorga B	15/05/2007	29,83	250	(250)	-	-	-	-	-	-	-
4º outorga	31/03/2008	34,25	806	(633)	-	-	173	(173)	-	-	-
5º outorga	19/01/2009	15,15	937	(194)	(12)	-	731	(654)	-	-	77
Outorga contratual	30/03/2009	14,44	1.822	-	-	-	1.822	(728)	-	-	1.094
6º outorga A	18/01/2010	38,65	562	-	(39)	-	523	(163)	(26)	-	334
6º outorga B	15/03/2010	38,97	10	-	-	-	10	(5)	-	-	5
7º outorga	16/02/2011	51,42	605	-	(45)	-	560	-	(92)	-	468
8º outorga	06/02/2012	55,15	-	-	(49)	716	667	-	(110)	-	557
9º outorga	22/02/2013	78,06	-	-	-	-	-	-	(43)	542	499
			5.264	(1.349)	(145)	716	4.486	(1.723)	(271)	542	3.034

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 61 (R\$ 79,75 em 31 de dezembro de 2012).

Considerando o exercício das 2.534 mil opções *in the Money* (5º, 6º, 7º, 8º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Valor do Patrimônio Líquido	1.493.253	1.305.683
Quantidade de ações – mil	125.895	124.170
Valor patrimonial da ação – R\$	11,86	10,52
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	1.578.086	1.435.218
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	128.928	128.657
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	12,24	11,16
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2,35%	3,49%

27.2 Premissas para determinação do valor justo das opções de ações

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "*vesting period*". A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a despesa com plano de opções de compra de ações totalizou R\$ 13.139 (R\$ 16.126 em 31 de dezembro de 2012).

Plano de Opções	Data da Outorga	Dividend yield	Taxa de juros livre de risco	Vesting period	Número de opções	Controladora e Consolidado	
						Valor justo na data da outorga (R\$) por ação	Preço de exercício (R\$) por ação
1º outorga A	29/07/2005	2,72%	14,87%	-	760	6,61	8,92
1º outorga B	17/10/2005	2,31%	14,19%	-	55	8,05	12,73
2º outorga	01/06/2006	1,21%	14,92%	-	815	16,54	28,58
3º outorga A	30/04/2007	0,95%	10,05%	-	517	15,03	29,01
3º outorga B	15/05/2007	0,89%	9,69%	-	250	16,76	29,83
4º outorga	31/03/2008	2,04%	12,51%	0,16 anos	1.029	20,96	34,25
5º outorga	19/01/2009	2,21%	11,39%	0,98 anos	1.094	12,87	15,15
Outorga contratual	30/03/2009	2,65%	11,02%	1,18 anos	1.822	8,94	14,44
6º outorga A	18/01/2010	3,07%	12,12%	1,99 anos	601	20,55	38,65
6º outorga B	15/03/2010	2,93%	11,51%	2,15 anos	10	21,80	38,97
7º outorga	16/02/2011	3,65%	11,80%	3,09 anos	638	29,84	51,42
8º outorga	06/02/2012	3,37%	10,54%	4,07 anos	716	32,11	55,15
9º outorga	22/02/2013	2,77%	9,05%	5,13 anos	542	32,30	78,06

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**28 Plano de aposentadoria e pensão**

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar ao da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

29 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia mantém "Financiamentos conta garantida – "Meu Cartão" para financiamento de seus clientes, assumindo na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2013, R\$ 5.635 na Controladora e R\$ 58.887 no Consolidado (R\$ 1.964 e R\$ 34.355 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2013, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 328.345 na Controladora e R\$ 329.295 no Consolidado (R\$ 65.980 e R\$ 66.589 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 116.678 na Controladora e no Consolidado (R\$ 13.221 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15.

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos clientes Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador das obrigações, principais e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos clientes Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2013, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 102.200 (R\$ 84.673 em 31 de dezembro de 2012) no Consolidado, conforme nota explicativa nº 15.

30 Receitas

A receita operacional líquida possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Bruta	5.377.720	4.744.759	5.705.530	4.999.995
Vendas de Mercadorias	4.985.730	4.394.234	5.223.008	4.584.540
Produtos e Serviços Financeiros	391.990	350.525	482.522	415.455
(-) Deduções	(1.283.317)	(1.099.345)	(1.335.202)	(1.137.487)
Impostos sobre Vendas de Mercadorias	(1.269.353)	(1.090.840)	(1.309.199)	(1.122.580)
Impostos sobre Produtos e Serv .Financeiros	(13.964)	(8.505)	(26.003)	(14.907)
Receita Operacional Líquida	4.094.403	3.645.414	4.370.328	3.862.508

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas**31 Outros resultados operacionais**

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos administradores	(7.503)	(6.931)	(7.503)	(6.931)
Despesas tributárias	(26.989)	(30.689)	(29.373)	(32.578)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(74.425)	(72.406)	(123.398)	(107.775)
Resultado da baixa de ativos fixos	(99)	(312)	(521)	(285)
Depreciação e amortização	(159.542)	(125.774)	(167.437)	(132.949)
Plano de opções de compra de ações	(13.139)	(16.126)	(13.139)	(16.126)
Participação dos administradores	(5.599)	(5.837)	(5.599)	(5.837)
Outras receitas (despesas) operacionais (a)	20.492	(12.600)	20.707	(13.472)
Recuperação de créditos fiscais (b)	10.612	24.053	10.790	24.053
Participação empregados (c)	(33.810)	(27.490)	(34.034)	(27.547)
Outros resultados operacionais	(290.002)	(274.112)	(349.507)	(319.447)

(a) Refere-se principalmente, à reversão de provisão de risco em processo de natureza tributária com decisão administrativa favorável à Companhia.

(b) Refere-se a créditos tributários apurados em trabalhos de revisão fiscal.

(c) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

32 Resultado financeiro

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras classificadas como "Equivalentes de Caixa", as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado (nota explicativa nº 5) e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente do custo das debêntures, empréstimos e financiamentos a taxas de mercado (nota explicativa nº 13, 14 e 15) e por esta razão se assemelham ao valor justo para instrumentos de prazo e risco semelhantes.

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras	50.057	37.129	52.345	38.985
Rendimentos de caixa e equivalentes de caixa	31.232	24.983	32.551	26.610
Juros recebidos	160	2.936	179	2.937
Variação cambial ativa	11.369	5.149	12.212	5.311
Variação monetária ativa	243	163	244	177
Ganho com operações de hedge liquidadas	1.242	506	1.240	506
Ganho com operações de hedge competência	5.743	-	5.743	-
AVP obrigações de longo prazo	-	3.213	-	3.213
Outras receitas financeiras	68	179	176	231
Despesas financeiras	(115.516)	(84.571)	(120.069)	(89.415)
Juros das debêntures, empréstimos e financiamentos	(78.506)	(49.351)	(79.994)	(50.932)
Juros passivos	(5.429)	(3.094)	(5.527)	(3.377)
Variação cambial passiva	(9.839)	(3.532)	(10.014)	(3.591)
Variação monetária passiva	(3.773)	(7.118)	(4.257)	(8.121)
Perda com operações de hedge liquidadas	(8.167)	-	(8.186)	-
Perda com operações de hedge competência	(2.005)	(5.622)	(2.005)	(5.622)
AVP obrigações de longo prazo	-	(10.146)	-	(10.146)
Outras despesas financeiras	(7.797)	(5.708)	(10.086)	(7.626)
Resultado financeiro líquido	(65.459)	(47.442)	(67.724)	(50.430)

33 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração (nota explicativa nº 3.1).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

- **Varejo:** comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios e outros próprios de lojas de departamentos, bem como o segmento de casa & decoração;
- **Produtos financeiros:** serviços financeiros, com operações de intermediações de serviços financeiros com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio:

	Varejo		Produtos Financeiros		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	3.913.809	3.461.960	456.519	400.548	4.370.328	3.862.508
Custos das vendas	(1.850.807)	(1.616.412)	(16.777)	(17.834)	(1.867.584)	(1.634.246)
Lucro bruto	2.063.002	1.845.548	439.742	382.714	2.502.744	2.228.262
Vendas	(1.030.055)	(929.554)	-	-	(1.030.055)	(929.554)
Gerais e administrativas	(330.255)	(293.931)	-	-	(330.255)	(293.931)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(142.489)	(126.080)	(142.489)	(126.080)
Outros resultados operacionais	(39.415)	(56.473)	(123.398)	(107.775)	(162.813)	(164.248)
Resultado gerado pelos segmentos	663.277	565.590	173.855	148.859	837.132	714.449
Informações suplementares						
Depreciação e amortização	(161.825)	(132.580)	(5.612)	(369)	(167.437)	(132.949)

O Resultado do segmento apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opções de compra de ações, com a participação de administradores e com a baixa de ativos fixos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração de caixa da Companhia.

A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo e produtos financeiros é de R\$ 4.515.524 (R\$ 3.770.028 em 31 de dezembro de 2012), e dos passivos totais é de R\$ 3.022.271 (R\$ 2.464.345 em 31 de dezembro de 2012).

34 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 303 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 233 contratos referentes à operação da Controladora, 54 contratos referentes à operação da Camicado e 16 contratos referentes à operação da Youcom (em 31 de dezembro de 2012 possuía 222 contratos, sendo 189 à operação da Controladora e 33 referentes à operação da Camicado). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 14) que todos os demais se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no contexto da Controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 24, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 188.560 (R\$ 160.500 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 31.349 (R\$ 29.198 em 31 de dezembro de 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no contexto Consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 24, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 195.893 (R\$ 164.825 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 34.672 (R\$ 31.671 em 31 de dezembro de 2012).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$ 1.259.836, assim distribuídos:

	Total	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante
Aluguéis	1.259.836	194.930	181.688	168.504	149.968	134.624	430.122

35 Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros	(1.755.136)	(1.543.390)	(1.867.584)	(1.634.246)
Pessoal	(522.005)	(490.017)	(553.400)	(515.678)
Ocupação	(264.105)	(226.493)	(284.183)	(239.986)
Depreciação e amortização	(159.542)	(125.774)	(167.437)	(132.949)
Serviços de terceiros	(120.514)	(95.347)	(128.464)	(103.054)
Utilidades e serviços	(73.797)	(74.560)	(78.395)	(78.501)
Promoções	(128.367)	(126.633)	(134.626)	(131.182)
Perdas em crédito, líquidas	(118.634)	(110.619)	(142.489)	(126.080)
Produtos e serviços financeiros	(74.425)	(72.406)	(123.398)	(107.775)
Outras despesas	(220.883)	(218.507)	(239.914)	(233.807)

Classificadas como:

Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros	(1.755.136)	(1.543.390)	(1.867.584)	(1.634.246)
Despesas com vendas	(965.706)	(881.256)	(1.030.055)	(929.554)
Despesas gerais e administrativas	(307.930)	(274.369)	(330.255)	(293.931)
Perdas em crédito, líquidas	(118.634)	(110.619)	(142.489)	(126.080)
Outros resultados operacionais	(290.002)	(274.112)	(349.507)	(319.447)

36 Destinações do lucro

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na data de 18 de abril de 2013, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 266.551 (R\$ 2,15031 por ação, sendo R\$ 81.400 na forma de juros sobre capital próprio) referente ao exercício de 2012. O pagamento foi efetuado a partir do dia 18 de abril de 2013.

Em 23 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposição de distribuição de 40% do lucro líquido do exercício de 2013, à título de dividendo e juros sobre o capital próprio, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2014.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	407.404	355.401
Constituição reserva legal	(20.370)	(17.770)
Lucro líquido ajustado	387.034	337.631
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	96.758	84.408
Dividendo adicional proposto	8.307	100.743
Juros sobre o capital próprio	57.897	81.400
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	162.962	266.551
% distribuído sobre o lucro líquido	40%	75%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir, demonstrativo da distribuição dos juros de capital próprio e dividendos em 2013 e 2012 (Controladora e Consolidado):

	Consolidado					
	2013			2012		
	R\$ / Ação	Ações em circulação	R\$	R\$ / Ação	Ações em circulação	R\$
Juros sobre o capital próprio						
1º trimestre (aprovado em 15/03/2013)	0,1112	124.191	13.810	0,1653	122.821	20.302
2º trimestre (aprovado em 19/06/2013)	0,1143	124.969	14.284	0,1675	123.420	20.673
3º trimestre (aprovado em 18/09/2013)	0,1181	124.979	14.760	0,1621	123.528	20.024
4º trimestre (aprovado em 18/12/2013)	0,1195	125.895	15.043	0,1643	124.170	20.401
Total	0,4631	125.895	57.897	0,6592	124.170	81.400
Dividendos						
4º trimestre (i)	0,83629	125.895	105.285	1,49111	124.170	185.151
Total	0,83629	125.895	105.285	1,49111	124.170	185.151
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	1,29938	125.895	163.182	2,15031	124.170	266.551

(i) Em adição à parcela de 40% do lucro líquido (R\$ 162.962), estão sendo destinados também R\$ 220 referentes à redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de R\$ 19.685 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 27.676 em 31 de dezembro de 2012).

* * *

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2014, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Considerando tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 55% do lucro líquido do exercício de 2013 no montante de R\$ 224,1 milhões, totalizando em 31 de dezembro de 2013, R\$ 449,3 milhões na conta de Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão.

Fontes de Financiamento	R\$ milhões
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Investimento e Expansão	449,3
Orçamento de Capital – Aplicações de Recursos	2014 Projeção
Investimentos e Ativos Fixos	(490,2)
Novas Lojas	(184,1)
Remodelações e Reformas	(145,4)
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	(66,6)
Logística	(84,1)
Outros	(10,0)
Investimentos em Controladas	(42,6)
Total de Aplicações de Recursos	(532,8)

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Investimento e Expansão nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2013, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2014 para suporte do plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

Porto Alegre, 19 de Fevereiro de 2014.

Conselho de Administração

Oswaldo Burgos Schirmer
Presidente do
Conselho de Administração

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Vice Presidente do
Conselho de Administração

José Galló
Conselheiro

Pedro Pezzi Eberle
Conselheiro

Deborah Patricia Wright
Conselheira

José Carlos Hruby
Conselheiro

Flavia Buarque de Almeida
Conselheira

Egon Handel
Conselheiro

Diretoria

José Galló
Diretor Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Diretor Administrativo e Financeiro e
de Relações com Investidores

Paulo José Marques Soares
Diretor de Operações

Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Diretor de Compras

Clarice Martins Costa
Diretora de Recursos Humanos

Emerson Silveira Kuze
Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Lojas Renner S.A.
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Lojas Renner S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lojas Renner S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Lojas Renner S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Renner S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Renner S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Lojas Renner S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez

que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers Carlos Biedermann
Auditores Independentes Contador CRC 1RS029321/O-4
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de distribuição do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório sem ressalvas, dos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers – Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2014, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2014.

Francisco Sérgio Quintana da Rosa

Helena Turola de Araújo Penna

Isabel da Silva Ramos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade como inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013, autorizando sua conclusão nesta data.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2014.

Diretoria

José Galló
Diretor Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Diretor Administrativo e Financeiro e
de Relações com Investidores

Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Diretor de Compras

Clarice Martins Costa
Diretora de Recursos Humanos

Paulo José Marques Soares
Diretor de Operações

Emerson Silveira Kuze
Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2013, emitido nesta data.

A diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido parecer, exceto em relação à ênfase colocada a respeito do tratamento contábil adotado pela Controladora na avaliação dos investimentos em sociedades controladas, utilizando o método de equivalência patrimonial e não o custo ou valor justo, previsto para Demonstrações Financeiras separadas no IFRS.

A utilização do método de equivalência patrimonial está respaldada pelo art. 248 da Lei nº 6.404/76, pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) e pela Norma Internacional IAS 28, logo, sua adoção não só é recomendada, como obrigatória segundo as normativas vigentes. Ressalte-se ainda que, para atender o pressuposto da IN 12 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1), de que o resultado e patrimônio líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas devem ser iguais, a avaliação de investimentos em controladas pela equivalência patrimonial é imprescindível, ainda que referido pronunciamento mencione esta exceção.

A divergência apontada na ênfase toma por base a orientação das normas internacionais e comunicado técnico do Ibracon 04/2010 quanto à avaliação de investimentos em Demonstrações Financeiras Separadas, que entendemos, são diferentes às Demonstrações Financeiras Individuais, de apresentação obrigatória no Brasil.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2014.

Diretoria

José Galló
Diretor Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Diretor Administrativo e Financeiro e
de Relações com Investidores

Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Diretor de Compras

Clarice Martins Costa
Diretora de Recursos Humanos

Paulo José Marques Soares
Diretor de Operações

Emerson Silveira Kuze
Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão